Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Terça-feira, 27 de agosto de 2024

EDIÇÃO 25.150

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50



A seca prolongada diminui o nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, que atualmente são responsáveis por mais de 50% do consumo nacional de energia elétrica FOTO: MANOEL MARQUES / IMPRENSA MG

Escassez de chuvas vai aumentar o custo da energia elétrica no País

% ECONOMIA Possível acionamento de térmicas pesará na conta de luz, com a adoção das bandeiras amarela e vermelha

A prolongada escassez de chuvas impacta a oferta de energia elétrica no Brasil, com a redução do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas (UHE), que respondem por mais de 50% do consumo no País. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) já propôs o acionamento antecipado das usinas termelétricas (UTE) para prevenção do fornecimento energético nos horários de pico. O aumento do custo de geração terá como efeito imediato a adoção das bandeiras amarela e vermelha na conta de luz, onerando os consumidores.

De acordo com o consultor de Mercado de Energia da Fiemg, Sérgio Pataca, o cenário de menor oferta resulta da opção do governo federal pela construção de hidrelétricas sem armazenamento de água, como as de Belo Monte (PA), no rio Xingu, e de Jirau (RO), no rio Madeira. "Essas usinas têm armazenamento baixo, que não aguenta esse período de seca", ressalta.

O coordenador estadual da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Bruno Catta Preta, afirma que a estiagem preocupa todo o setor de energia elétrica, apesar de haver fontes alternativas. Porém, os dois especialistas descartam o risco de desabastecimento. % PÁG. 3



O leilão do trecho de 303,4 quilômetros da "Rodovia da Morte" será realizado na próxima quinta-feira na B3 FOTO: LUIZ SANTANA / ALMG

Concessão da BR-381 atrai o interesse de dois grupos

Dois grupos decidiram disputar a concessão da BR-381, entre Belo Horizonte e Governador Valadares, As corretoras Opportunity e Sita - Aterpa apresentaram propostas para participar do certame do trecho de 303,4 quilômetros da "Rodovia da Morte, marcado para a próxima quinta-feira (29), às 14h, na B3, em São Paulo. Esta será a quarta tentativa de leiloar a BR-381. % PÁG. 5

O Verdemar adquiriu lotes vencedores do 20º Concurso de Qualidade dos Cafés de Minas FOTO: CRISTIANO MACHADO / IMPRENSA MG

Cafés mineiros premiados são valorizados no mercado

Os principais lotes ganhadores do 20º Concurso de Qualidade dos Cafés de Minas Gerais foram adquiridos pelo supermercado Verdemar e já estão disponíveis nas gôndolas. A rede pagou até cinco vezes o valor de mercado por alguns dos lotes de 11 produtores premiados. Promovido pela Emater-MG, o certame escolheu os melhores cafés da safra 2023. % PÁG. 8

A alta do ouro é impulsionada por fatores como riscos geopolíticos e perspectiva de corte de juros nos EUA FOTO: STEVE BIDMEAD / PIXABAY

Preço do ouro bate o recorde e supera US$ 2,5 mil por onça

Considerado um ativo seguro, o ouro bateu o recorde neste mês, com cotação superior a US$ 2,5 mil por onça. Especialistas atribuem a escalada do metal aos riscos geopolíticos globais, à possibilidade de corte de juros dos Estados Unidos e às expectativas de inflação. O professor Gustavo Guimarães Andrade, do Ibmec Belo Horizonte, avalia que o cenário é promissor para produtores de ouro. % PÁG. 14

Hidrogênio verde gera investimentos em MG

% PÁG. 4

Kapeh planeja atingir 100 lojas em 2025

% PÁG. 9

Pratique Academia busca chegar a 200 unidades

% PÁG. 11

% ARTIGOS

% EDITORIAL

As importações brasileiras de aço somaram, em julho, 592 mil toneladas, volume que representa alta de 22,9% em relação a igual período do ano passado e, com alguma dose de surpresa, aumento de 38,3% na comparação com o mês de junho. Naquele mês entraram em vigor as barreiras de contenção da importação de aço, com estabelecimento de cotas e cobrança de 25% sobre volumes excedentes. A agressiva presença da China no mercado mundial pode sugerir práticas comerciais pouco convencionais, numa concorrência que se distancia de padrões aceitáveis. A produção chinesa de aço entre janeiro e maio chegou a impressionantes 438,6 milhões de toneladas, ainda assim com queda de 1,4% em relação ao ano anterior. Eis o tamanho do concorrente ou do problema que nos assombra. % PÁG. 2

DÓLAR DIA 26

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,4920	R$ 5,4920
TURISMO	R$ 5,5170	R$ 5,6970
PTAX (BC)	R$ 5,4915	R$ 5,4921

EURO DIA 26

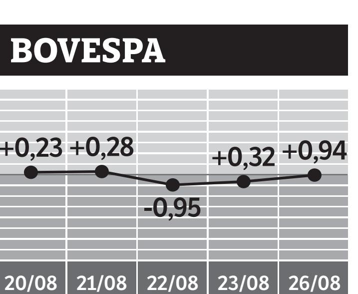
	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 6,1302	R$ 6,1314

OURO DIA 26

NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 2.518,30
BM&F (g)	R$ 444,29

TR dia 27	0,0671%
POUPANÇA dia 27	0,5674%
IPCA – IBGE julho	0,38%
IPCA – IPEAD julho	0,55%
IGP-M julho	0,61%

BOVESPA







OPINIÃO

O dia D para o fim do imposto sobre impostos



Igor Montalvão
Advogado, sócio e diretor-jurídico do Montalvão & Souza Lima Advocacia de Negócios - contato@msladvocacia.com.br

Amanha (28) promete ser de muita apreensão e expectativa para os contribuintes brasileiros, particularmente as empresas. Afinal, será a data do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do Recurso Extraordinário (RE) 592.616, que trata do pedido de exclusão do ISS da base de cálculo para cobrança do PIS e da Cofins junto às pessoas jurídicas.

De forma bem didática, esses tributos são cobrados com a finalidade de financiar a seguridade social (INSS) dos trabalhadores, na qual estão embutidos benefícios como auxílio-saúde, previdência e assistência social. O valor da cobrança é variável, a depender do faturamento da empresa. Ou seja, quanto maior a receita bruta, maior o pagamento de PIS/Cofins. A alíquota de cada um também tem algumas diferenças, conforme o regime tributário da empresa.

Entretanto, o verdadeiro ponto de divergência dessa discussão, e que será objeto de debate na Suprema Corte, é sobre quais valores devem entrar no cálculo da receita bruta. A ala que defende a exclusão do ISS da contabilidade do PIS/Cofins argumenta que sua inclusão força as empresas a pagarem valores extras que não fazem parte da receita real, o que faz elevar, portanto, sua carga tributária.

Embora exista, causa estranheza uma interpretação que verse favoravelmente à manutenção do imposto sobre os tributos federais. Primeiramente porque é uma cobrança municipal rapidamente recolhida quando a empresa emite a nota fiscal referente à prestação do serviço. Isso cria um distanciamento em relação ao caráter da cobrança endereçada à União, cujo mecanismo passa não por uma receita isolada, mas por toda a receita bruta.

Há três anos, quando essa discussão entrou na pauta do Supremo pela primeira vez, o questionamento do ex-ministro Celso de Mello, então relator do processo, foi exatamente nessa direção. Ele justificava a retirada do ISS por entender que ele tem caráter provisório na contabilidade da empresa, sendo logo repassado ao município. Assim, não poderia ser computado como um lucro ou um recurso que permita ser convertido como benefício para nenhuma organização.

Além disso, é preciso compreender que a incidência de ISS sobre o valor do PIS/Cofins contradiz a cobrança sobre o serviço, fazendo com que seja amarrado a outro critério. Há uma bifurcação tributária que leva ou para a cobrança sobre o valor da nota fiscal ou para o cálculo sobre o faturamento da empresa. Ao abraçar os dois quesitos, o critério fiscal do ISS cai, portanto, em contradição.

Mas não foi o que entenderam os ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso. Na primeira avaliação da matéria, ainda em 2021, os quatro manifestaram pela manutenção do ISS na base de cálculo. Para explicar a tese inaugurada por Toffoli, é necessário inserir mais um item neste debate: o ICMS.

No ano passado, o mesmo STF excluiu o imposto estadual da base de cálculo do PIS/Cofins. Portanto, uma discussão rigorosamente igual a que está prestes a ocorrer. A visão distinta dos magistrados em relação às duas matérias é pontuada pelo entendimento de que ICMS e ISS possuem critérios tributáveis bem divergentes.

Diferentemente do tributo municipal, o ICMS não é cumulativo, isto é, as empresas que participam de uma determinada cadeia produtiva são isentos de pagá-lo, levando a responsabilidade da contribuição ao consumidor final. O Supremo entendeu que, se as empresas são livres do pagamento, não seria justificável embuti-lo no cálculo do PIS/Cofins.

A retomada do julgamento agora se deve ao pedido de vistas do ministro Luiz Fux em 2021. Já existe um cálculo de que a exclusão do ISS representaria um prejuízo de R$ 35 bilhões em cinco anos aos cofres da União. Mas, diante do impacto, é necessário inverter a lógica: a exclusão, além de ser justa, representaria um alívio do mesmo montante a uma economia que há anos padece de uma alta carga tributária. É uma questão de perspectiva que, espera-se, seja reconsiderada por alguns magistrados do STF. %

Governo quer aumentar a CSLL das empresas



Cícero Heraldo Novaes
Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) Uberlândia

Recentemente, o Ministério da Fazenda levantou a possibilidade de aumentar a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), tributo que incide sobre o lucro das empresas, em até um ponto percentual, durante dois anos. Segundo o governo, a proposta traria uma arrecadação de cerca de R$ 17 bilhões por ano e compensaria a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores que mais empregam no País. A nova tentativa de aumentar a fonte arrecadatória do Estado sofre forte resistência no Senado por imputar às demais atividades econômicas a responsabilidade por arcar com o preço das isenções concedidas a um grupo seleto.

Diante da evidente rejeição da ideia no Congresso, o governo já debate a possibilidade de aumentar a CSLL das instituições financeiras. Enquanto benefícios e incentivos são mantidos para segmentos com alto poder de influência política, as empresas do comércio e dos serviços, reais responsáveis pela maior geração de emprego no País (mais de 60%), serão duramente penalizadas por uma reforma tributária que deveria simplificar a vida do contribuinte, mas, em vez disso, vai aumentar a carga para compensar incentivos e isenções na base da negociata.

O que mais nos preocupa neste momento é a miopia do Estado diante do prenunciado colapso nas finanças do País. São consecutivas decisões irracionais, criadas para elevar a receita da União, sem levar em conta o principal antagonista do equilíbrio fiscal, que são as despesas públicas.

Os gastos anuais com o funcionalismo brasileiro (ativo e inativo) correspondem a 13,5% do nosso Produto Interno Bruto. Até quando a iniciativa privada terá que sangrar para que a máquina pública seja poupada?

O Congresso precisa defender com urgência a elaboração de uma reforma administrativa capaz de conter e racionalizar os gastos públicos, mas que seja conduzida com a competência, transparência e responsabilidade que não presenciamos na reforma tributária. %

EDITORIAL

Um fantasma que assombra

As importações brasileiras de aço somaram, em julho, 592 mil toneladas, volume que representa alta de 22,9% em relação a igual período do ano passado e, com alguma dose de surpresa, aumento de 38,3% na comparação com o mês de junho. Cabe recordar que naquele mês entraram em vigor as barreiras de contenção da importação de aço, com estabelecimento de cotas e cobrança de 25% sobre volumes excedentes. A flutuação registrada, mesmo que as indústrias locais ainda não se mostrem preocupadas, requer atenção e assim deve ser acompanhada, procedimento que países altamente industrializados, como os Estados Unidos, adotam sem reservas, com foco na agressiva atuação da indústria chinesa, porém mirando também produtos de origem brasileira.

Conforme as primeiras avaliações da indústria local, que festejaram o recuo das importações em junho, o que qualificam como "inércia" era esperado, da mesma forma como estimam que a partir do mês de setembro os volumes serão reduzidos. Assim devem funcionar as barreiras, dizem, acrescentando que em caso contrário o governo brasileiro se compromete a "agir". Tudo no entendimento de que a agressiva presença da China no mercado mundial pode sugerir, nesse caso em particular, práticas comerciais pouco convencionais, numa concorrência que se distancia de padrões aceitáveis.

Nos primeiros sete meses do ano, conforme dados do Instituto Aço Brasil, as importações de aço acumularam crescimento de 23,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior, somando 3,3 milhões de toneladas. No ano passado as importações totalizaram 5 milhões de toneladas, volume que deve cair para 4,7 milhões em 2024. Para o ano, conforme este jornal já noticiou, as mais recentes previsões são de que a produção de aço bruto crescerá 0,7%, chegando a 32,2 milhões de toneladas. A produção acumulada no primeiro semestre foi de 19,4 milhões de toneladas, ou mais 3% na comparação com o primeiro semestre do ano passado. Em Minas Gerais o crescimento chegou a 7,6% e somou 5,9 milhões de toneladas.

Os números apresentados colocam, para o Brasil e Minas Gerais em particular situação que pode ser definida como de calmaria, depois do ciclo de expansão registrado nos anos 70 e 80 do século passado. Bem diferente do que ocorre na China, cuja produção apenas no intervalo entre janeiro e maio de 2024, chegou a impressionantes 438,6 milhões de toneladas, ainda assim com queda de 1,4% em relação ao ano anterior. Eis o tamanho do concorrente ou do problema que, queiramos ou não, nos assombra. %

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:



Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À
ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJOR

Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio



Falta de chuva preocupa setor de energia no País

ELETRICIDADE Brasil tem mais de 50% do consumo fornecido por usinas hidrelétricas; demanda preocupa, ainda que oferta por outras fontes tenha dado salto

MARCO AURÉLIO NEVES

Com mais de 50% do consumo de energia elétrica do Brasil fornecido pelas usinas hidrelétricas (UHE), a falta de chuvas afeta sobremaneira a oferta de energia no País, que impacta o nível dos reservatórios das UHE. Na semana passada, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) defendeu o acionamento antecipado das usinas termelétricas (UTE) para prevenção do fornecimento energético nos horários de maior consumo.

É sabido que a utilização das termelétricas, movidas a combustíveis fósseis, são mais caras e esse custo maior é repassado na conta de luz dos consumidores, com o acionamento das bandeiras amarela e vermelha pelo governo federal.

O consultor de Mercado de Energia da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Sérgio Pataca, aponta que a situação atual decorre de uma escolha que o Brasil fez ao optar por hidrelétricas sem armazenamento de água, como as de Belo Monte (PA), no Rio Xingu, e de Jirau (RO), no Rio Madeira. "Essas usinas têm armazenamento baixo, que não aguenta esse período de seca que estamos agora. Essa seca no Norte que a gente está sofrendo é por causa dessa péssima escolha que fizemos no passado", disse.

O coordenador estadual da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Bruno Catta Preta, afirma que não há dúvidas que a estiagem preocupa todo o setor de energia elétrica, ainda que hoje já existam fontes alternativas. "Historicamente, no nosso setor, quando não tem oferta, o governo aciona as termelétricas. Em contrapartida, a cada ano aumenta a oferta de energia solar e eólica, mas é certo que se não chover nos próximos meses, vamos ter acionamento das bandeiras amarela e vermelha", comenta.

O consultor da Fiemg pontua que, antes de acionar antecipadamente as termelétricas, o ONS deve buscar outros meios para garantir a estabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN), como o Programa de Resposta de Demanda. O programa possibilita que grandes consumidores do mercado livre de energia, empresas habilitadas no programa, enviem propostas ao ONS de redução da própria demanda de energia nos horários de pico ou descolamento desse consumo para horários de menor pico.



Usinas hidrelétricas estão com reservatórios baixos em função da seca em algumas regiões FOTO: REUTERS

O operador analisa as ofertas e, caso esteja tudo de acordo, a proposta de redução de demanda é confirmada e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) repassa um valor monetário à empresa que "vendeu" sua redução de consumo. "Um programa que a indústria reduz seu consumo, o sistema como um todo não precisa de mais energia e não precisa acionar essas usinas térmicas", aponta Pataca.

> "Historicamente, no nosso setor, quando não tem oferta, o governo aciona as termelétricas"
> Bruno Catta Preta

Ele ressalta que ainda não estamos nos meses mais críticos - outubro e novembro - e, caso as termelétricas sejam realmente acionadas, terá aumento direto no Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), que afeta o mercado livre de energia, e acionamento das bandeiras tarifárias, que afeta o mercado cativo.

O coordenador estadual da Absolar pontua que o mercado livre não será afetado no curto prazo, já que negocia contratos com prazos mais longos.

Tanto Pataca quanto Catta Preta rechaçam a possibilidade de falta de energia elétrica no País, pela robustez do SIN, a diversidade de fontes disponíveis, o excedente de energia produzido ao longo do dia, além das próprias UTE disponíveis para serem acionadas em caso de última alternativa - que encarecem a conta de luz.

DECLARAÇÃO DE MINISTRO

Aneel cita déficit crônico de servidores

Brasília/São Paulo - A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) divulgou ontem uma resposta à cobrança por cumprimento de prazos feita na semana passada pelo ministro de Minas e Energia, em ofício que cita uma série de dificuldades enfrentadas pelo órgão regulador, como déficit de 30% do quadro de servidores e cortes orçamentários.

No documento enviado a Alexandre Silveira, o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, afirma que a agência tem atuado "de forma diligente e eficiente" em seus 27 anos, "a despeito das restrições de recursos humanos, econômicos e financeiros", e rebate alegações feitas pelo ministro, como a de "funcionamento deficiente ou de inércia". Segundo o documento, a Aneel opera com um "crônico déficit" de 30% dos servidores, com um quadro atual que soma 557 funcionários efetivos, 92 a menos do que em 2014. Somente neste ano, a evasão já alcançou 16 servidores, o maior volume desde sua criação. O ofício também cita "cortes orçamentários e sucessivos contingenciamentos", o que, segundo a Aneel, compromete fiscalizações, convênios com as agências estaduais, processos de consultas públicas, ouvidoria setorial e investimentos em sistemas de informação.

Do mais de R$ 1 bilhão arrecadado anualmente com a Taxa de Fiscalização, que custeia as atividades da Aneel, apenas cerca de R$ 400 milhões foram destinados à agência em 2024. Ressaltou ainda a mobilização "Valoriza Regulação" deflagrada neste ano por servidores de 11 agências reguladoras federais, o que levou a uma maior lentidão de processos internos.

Sobre o quadro da diretoria, o documento aponta a falta de indicação, pelo MME, de um substituto à vaga de Hélvio Guerra, que deixou o colegiado em maio. "Importante ressaltar que o colegiado incompleto traz sérias repercussões à gestão, tais como o acúmulo de processos administrativos, votações empatadas ou sem maioria mínima", diz em outro trecho.

O ofício da Aneel vem após duras críticas feitas por Silveira, no último mês, e que se materializaram em um ofício no qual o ministro cobra a regulamentação de várias medidas, como a política de compartilhamento de postes e a nova governança da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), falando até mesmo na possibilidade de "intervir" diante de "alongada inércia da diretoria" do regulador.

Ontem, Silveira voltou a criticar a postura da Aneel, dizendo que as agências estão distorcendo sua função legal e que devem ser cobradas para o cumprimento dos prazos de regulamentação das políticas públicas adotadas pelo governo federal e Congresso. "Todos nós estamos explicitamente vendo que houve nos últimos anos uma distorção por parte das agências reguladoras da visão do seu mister legal", afirmou Silveira em coletiva de imprensa, citando as cobranças feitas pelo presidente Lula à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na semana passada.

Segundo ele, as agências estão usando como pretexto sua autonomia funcional, garantida por lei, para "dizer que não vão cumprir prazos". O ministro negou que tenha intenção de intervir na Aneel: "Por isso nos indigna muitas vezes a má interpretação da nossa fala, do nosso ofício assinado. Não é uma ameaça, muito longe disso,. É um ofício oficial do ministro de Estado cobrando a formulação da regulação da política pública determinada pelos decretos presidenciais e pelas medidas provisórias enviadas ao Congresso".

E acrescentou: "Se isso for intervenção, tem que ir embora todo mundo para casa, não podemos mais trabalhar 18h por dia pra formular política pública nesse País. Nem o MME, nem a ministra Nísia, da Saúde, com a Anvisa e ANS, nem o ministro Juscelino com a Anatel". **(Reuters)**

CARREIRA EM FOCO

DAVID BRAGA

CEO, board advisor e headhunter da Prime Talent, empresa de busca e seleção de executivos, presente em 30 países e 50 escritórios pela Agilium Group; É Conselheiro de Administração e Professor pela Fundação Dom Cabral e Conselheiro da ABRH MG, ACMinas e ChildFund Brasil. Instagrams: @davidbraga | @prime.talent

Cuidado com a síndrome da perseguição

Dentro das organizações, enfrentamos diariamente pessoas com perfis distintos, personalidades e posturas diferentes. Nesse contexto de diversidade, é fundamental cuidar da nossa imagem, pois ela impacta diretamente nossa credibilidade profissional. Portanto, adotar uma postura de constante reclamação ou crítica em relação a líderes, colegas ou subordinados não é uma atitude recomendável.

É provável que você conheça alguém que apresenta características de síndrome de perseguição. Geralmente, essa pessoa se coloca sempre no papel de vítima em relação a tudo o que ocorre em sua vida. Ela pode acreditar que não é promovida devido à idade, que não é valorizada por seu líder, ou que suas opiniões não são ouvidas. Essas pessoas tendem a atrasar não apenas suas próprias vidas, mas também as daqueles ao seu redor. Independentemente das circunstâncias, há sempre uma crítica negativa.

O filósofo e escritor francês Jean-Paul Sartre afirmava que "não importa o que fizeram com você. O que importa é o que você faz com aquilo que fizeram com você." Todos nós enfrentamos adversidades ao longo da vida e essas experiências devem nos proporcionar aprendizados que nos tornam melhores. Ao observar personagens de quadrinhos, notamos que o super-herói sempre transforma sua dor em ação para ajudar os outros, como é o caso do Superman, Batman e muitos outros. Por outro lado, o vilão se coloca como vítima, vingador e amargo, e, como aprendemos desde cedo, tais personagens raramente alcançam seus objetivos.

É importante reconhecer que reclamações constantes podem criar um ambiente negativo, desmotivando a equipe e afetando o moral. Em contraste, adotar uma atitude proativa e focada em soluções pode influenciar positivamente os colegas, promovendo um ambiente mais otimista e colaborativo.

Portanto, se você se encontra frequentemente reclamando, sugiro que reflita sobre as razões por trás dessa conduta e reavalie sua postura. A escolha é sua: você deseja ser um talento ou apenas mais um na multidão? Profissionais que evitam reclamações e focam em soluções são geralmente percebidos como mais competentes e confiáveis, o que impacta positivamente em sua reputação profissional.

Busque reconhecer quando você tende a reclamar e reflita sobre os motivos. Saiba que praticar também a gratidão ajuda a manter uma perspectiva positiva e reduz a tendência a reclamar. Adotar uma abordagem de «não reclamar» não significa ignorar problemas, mas sim abordá-los com uma mentalidade focada em soluções.

Hidrogênio verde atrai aportes

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA Em Minas, dois projetos somam aportes de R$ 245 milhões, aponta levantamento da CNI

JULIANA SODRÉ

A aprovação da lei do Marco Legal do Hidrogênio de Baixo Carbono (Lei 14.948) em nível federal e a Lei Estadual nº 24.940, que estabelece objetivos para a Política Estadual do Hidrogênio de Baixo Carbono e Hidrogênio Verde, se configuraram como um marco para a indústria mineira já que reforça o comprometimento do Estado e do País com a descarbonização da economia.

Em Minas, de acordo com o estudo Hidrogênio Sustentável: Perspectivas para o Desenvolvimento e Potencial para a Indústria Brasileira realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), há dois projetos anunciados de hidrogênio, que somam R$ 245 milhões de investimentos. Sendo eles: o Centro do Hidrogênio Verde - CH2V, em Itajubá, no Sul de Minas, com aporte de R$ 201 milhões e o da Companhia Siderúrgica Nacional, em Arcos, na região Centro-Oeste, com inversões de R$ 44 milhões. Em todo o Brasil, são mais de 20 projetos que totalizam R$ 188,7 bilhões.

"São projetos distribuídos, principalmente, na região Nordeste, voltados mais para a exportação. Todo o hidrogênio sustentável procura identificar e mapear as políticas públicas que vão promover a utilização desse combustível. Então, ele procura identificar esses potenciais para que a gente possa avançar como um dos grandes produtores de hidrogênio, seja para consumo interno, seja para exportação", afirmou o superintendente de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, Davi Bomtempo.

De acordo com ele, o hidrogênio produzido a partir de fontes renováveis ou de fontes fósseis associadas à captura e estocagem do dióxido de carbono (CO_2) tem sido visto como uma estratégia para a descarbonização de alguns segmentos e ressalta a importância da produção de hidrogênio de baixo carbono de forma descentralizada no País para que o desenvolvimento da indústria nacional também atenda a demanda interna.

"Em Minas, setores que precisam trabalhar com o calor, com altas temperaturas como a indústria do aço, as mineradoras e as siderúrgicas são um exemplo de indústrias que podem ser atendidas pelo hidrogênio e participar da transição energética", comentou.

Entretanto, pontua alguns desafios ainda evidentes como a distribuição, o custo de produção, a dependência externa e a capacitação de profissionais para atuarem na área. De acordo com o superintendente, o Brasil tem vantagens competitivas: uma matriz energética e elétrica limpa, grande disponibilidade de energias renováveis como a eólica, solar, biomassa, é o segundo maior produtor de biocombustíveis do mundo e possui grande disponibilidade de água, mas precisa superar alguns entraves.

"Todos esses são insumos muito importantes para a produção do hidrogênio. Mas claro que a gente precisa trabalhar questões relacionadas ao custo do Brasil, como o marco regulatório, a redução da burocracia, regras mais claras, segurança jurídica para que a gente possa transformar as vantagens comparativas em competitividade para a indústria regional e nacional e colocar o Brasil num patamar mais elevado, quando se fala de hidrogênio de baixo carbono", afirmou. Para ele, os desafios são os mesmos independente se o destino é a exportação ou o mercado interno.

Fertilizantes - A amônia é o produto químico com maior demanda industrial de hidrogênio. Em 2021, a produção global dela alcançou 190 megatoneladas, consumindo cerca de 34 megatoneladas de hidrogênio, conforme dados da Agência Internacional de Energia (IEA).

No Brasil, a produção de amônia utiliza aproximadamente 145 mil toneladas de hidrogênio por ano. Esse composto é essencial para a agropecuária e para a segurança alimentar global, pois 70% da produção de amônia é destinada à fabricação de fertilizantes nitrogenados.

Como o Brasil ainda importa grandes quantidades de fertilizantes nitrogenados, desenvolver a produção interna de amônia, especialmente por meio do impulso ao mercado de hidrogênio de baixo carbono, pode representar uma oportunidade para o País equilibrar a balança comercial dessa *commodity* e alinhar-se com as metas do Plano Nacional de Fertilizantes 2050.

"São projetos (de hidrogênio verde) distribuídos, principalmente, na região Nordeste, voltados mais para a exportação"

Davi Bomtempo



Bomtempo destaca as vantagens competitivas do Brasil, como a disponibilidade de fontes renováveis FOTO: IANO ANDRADE / CNI

COMBUSTÍVEIS

SIM Distribuidora instala base em Betim

JULIANA GONTIJO

A SIM Distribuidora, que faz parte do Grupo Argenta, expandiu suas operações e passou a ter uma base em Minas Gerais. A nova instalação, localizada em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), iniciou as atividades no fim de julho. O valor do investimento não foi divulgado.

De acordo com a empresa, a base representa, além de uma maior capilaridade, um reforço no atendimento às cidades mineiras na região de divisa com São Paulo, que já contavam com abastecimento por meio da rede de distribuição paulista, especialmente via Ribeirão Preto e Paulínia.

"Ao estarmos em Minas Gerais, não apenas aumentamos nossa presença no mercado, mas também criamos novas parcerias e otimizamos nossa logística, o que é essencial para atender melhor nossos clientes e expandir nossa operação de forma eficiente", destaca o diretor-executivo da SIM Distribuidora, Felipe Portugal.

A distribuidora tem atualmente 17 bases operacionais e atua também nos estados do Sul do País – Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina –, além de São Paulo e distribui combustíveis para postos, consumidores finais e também os transportadores revendedores retalhistas (TRRs), com todos os tipos de combustíveis disponíveis, incluindo diesel, gasolina e etanol.

O diretor explica que a escolha da Betim se deve à sua localização estratégica, além de ser economicamente importante e estar próxima aos clientes que já eram atendidos por São Paulo.

Portugal conta que há previsão de aumentar a presença da distribuidora no Estado, que vai levar em consideração demanda e oportunidades. "A base em Betim marca a nossa entrada no Estado de Minas Gerais. Esta base é apenas o primeiro passo de um plano maior, que visa ampliar nossa atuação para outras regiões do Estado. Iniciar pela região metropolitana é fundamental para nossa expansão futura, que inclui o interior de Minas Gerais", observa.

A expectativa é que as operações da distribuidora em Minas Gerais representem um crescimento de 5% a 10% no volume total da distribuidora até o final de 2025. Ainda conforme a SIM Distribuidora, a presença no Estado vai permitir com que a empresa explore novas oportunidades de negócios, especialmente no setor do agronegócio, que é uma prioridade estratégica em todas as regiões onde a empresa atua.

No ano passado, o Grupo Argenta — composto por nove organizações, sete delas dedicadas ao setor de combustíveis e lubrificantes — faturou cerca de R$ 15 bilhões. Fundado em 1985, o grupo está sediado em Flores da Cunha (RS).



Grupo Argenta, controlador da SIM, faturou cerca de R$ 15 bilhões no ano passado FOTO: FABIO GRISON / SIM DISTRIBUIDORA



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

SALT TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ 56.422.955/0001-91 - NIRE 31215454362

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 02 de agosto de 2024, às 10:00 horas, na sede da Salt Tecnologia Ltda. ("Sociedade"), localizada na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, salas 1101 e 1102, Vale do Sereno, em Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP 34.006-049. **PRESENÇA:** Presente a sócia que representava a totalidade do capital social da Sociedade à época da celebração do Contrato Social de Constituição da Sociedade, em 01 de agosto de 2024, **ZETRA PARTICIPAÇÕES S.A.,** sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.543.848/0001-16, com seus atos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 3130012727-3, com sede na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, sala 1102, Vale do Sereno, em Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP 34.006-049, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus diretores **Ivani Munhoz**, brasileira, diretora administrativa, viúva, portadora da Cédula de Identidade n° 35.271.076-7, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o n° 149.010.348-12, residente e domiciliada na Rua da Mata, n° 205, apto. 1402, bairro Vila da Serra, em Nova Lima/MG, CEP 34.006-086, e **Renato César Vieira Araújo**, brasileiro, engenheiro eletricista, divorciado judicialmente, portador da Cédula de Identidade n° 19300560, expedida pela SPP/MG, inscrito no CPF sob o n° 455.773.749-87, com endereço comercial na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, sala 1102, bairro Vale do Sereno, em Nova Lima/MG, CEP 34.006-049; e a sócia atualmente titular da totalidade do capital social da Sociedade, **SALT PARTICIPAÇÕES S.A.,** sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 56.420.189/0001-26, com seus atos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31300166945, com sede na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, sala 1102, Vale do Sereno, em Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP 34.006-049, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus diretores **Rosângela Vieira Araújo**, brasileira, solteira, nascida em 27/04/1961, engenheira eletricista, titular da carteira de identidade nº 1.930.057, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 044.825.128-00, com endereço comercial na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, sala 1102, Vale do Sereno, em Nova Lima/MG, CEP 34.006-049, e **Renato César Vieira Araújo**, acima qualificado. **CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES:** Dispensada a convocação e publicação de anúncios em razão da presença da sócia que representa a totalidade do capital social da Sociedade, conforme autoriza o artigo 1.072, §2º, da Lei nº 10.406/2002. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Por indicação da única sócia da Sociedade, o Sr. Renato César Vieira Araújo assumiu os trabalhos na qualidade de Presidente da Mesa, que convidou a Sra. Rosângela Vieira Araújo para Secretária da Mesa. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a rerratificação do Contrato Social de Constituição da Sociedade, celebrado em 01 de agosto de 2024 e arquivado na Junta Comercial de Minas Gerais sob o nº de registro 31215454362, para retificar a descrição dos ativos que compõem o Acervo Cindido incorporado pela Sociedade, por ocasião da cisão parcial da **ZETRASOFT LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 03.881.239/0001-06, com sede na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, salas 1101 e 1102, Vale do Sereno, em Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP 34.006-049, pelo fato de que a referida descrição constou de forma incompleta no Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Zetrasoft Ltda., que compõe o Anexo I do Contrato Social de Constituição da Sociedade, e a ratificação das demais deliberações tomadas no referido Contrato Social de Constituição da Sociedade. **DELIBERAÇÕES:** Instalada a Reunião de Sócios, após discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia, a única sócia deliberou: **(i)** Aprovar a retificação do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Zetrasoft Ltda., que compõe o Anexo I do Contrato Social de Constituição da Sociedade, celebrado em 01 de agosto de 2024 e arquivado na Junta Comercial de Minas Gerais sob o nº de registro 31215454362, pelo fato de que a descrição da "Composição do Acervo Cindido" constou de forma incompleta (a) no Anexo II (Laudo de Avaliação) do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Zetrasoft Ltda; e (b) no Anexo III (Lista de Atestados de Capacidade Técnica) do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Zetrasoft Ltda. Dessa forma, no Laudo de Avaliação e na Lista de Atestados de Capacidade Técnica, que compõem, respectivamente, o Anexo II e o Anexo III do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Zetrasoft Ltda., **onde se lê:** "

ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

Emissor	***Data de Emissão***
Câmara da Serra	*setembro/23*
CAMPREV - Instituto Previd. Social do Município de Campinas	*março/22*
CNJ - Conselho Nacional de Justiça	*junho/22*
Comando da Aeronáutica	*fevereiro/22*
EMDEC - Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas	*junho/22*
Exército Brasileiro	*fevereiro /22*
Faps Bento Gonçalves	*agosto/23*
Funprev - Estrela	*julho/23*
GE Mato Grosso do Sul	*março/22*
GE Paraná	*julho/23*
GE Rio de Janeiro	*julho/23*
IMPCG - Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande	*junho/22*
INFRAERO - Empresa Bras. de Infraestrutura Aeroportuária	*junho/22*
IPERR - Instituto de Previdência do Estado de Roraima	*fevereiro/24*
IPMC - Instituto de Previdencia dos Servidores de Cascavel	*maio/22*
IPREMB - Instituto Previdência do Município de Betim	*maio/22*
IPS - Instituto de Prev. dos Servidores do Município Serra	*agosto/22*
IPSM - São José dos Campos	*maio/22*
Marinha do Brasil	*maio/22*
MPPE - Ministério Público de Pernambuco	*agosto/22*
PM Andradas	*fevereiro/24*
PM Belo Horizonte	*julho/23*
PM Betim	*maio/22*
PM Blumenau	*junho/24*
PM Cambará	*setembro/23*
PM Campinas	*abril/22*
PM Campo Grande	*maio/22*
PM Caracaraí	*fevereiro/24*
PM Cascavel	*abril/22*
PM Curitiba	*junho/22*
PM Diadema	*maio/22*
PM Diamantina	*março/22*
PM Estrela	*julho/23*
PM Formiga	*fevereiro/24*
PM Foz do Iguaçu	*abril/22*
PM Garibaldi	*julho/23*
PM Gramado	*maio/22*
PM João Monlevade	*fevereiro/24*
PM Lavras	*março/22*
PM Pontal do Paraná	*julho/23*
PM Pouso Alegre	*maio/22*
PM Uberlândia	*fevereiro/22*
PM Varginha	*agosto/22*
PM Vila Velha	*janeiro/24*
SJDF - Seção Judiciária do Distrito Federal	*maio/22*
STF - Supremo Tribunal Federal	*junho/22*
TCEPE - Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	*junho/22*
TCERN - Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte	*outubro/23*
TJMG - Tribunal de Justiça de Minas Gerais	*junho/22*
TJRR – Tribunal de Justiça de Roraima	*fevereiro/24*
TRE-SP - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	*abril/22*
TRT 10ª Região - Trib. Regional Trabalho do Distrito Federal	*abril/22*
TRT 15ª Região - Tribunal Regional do Trabalho de Campinas	*abril/22*
TRT 16ª Região - Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão	*abril/22*
TRT 2ª Região - Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo	*abril/22*
UNESP - Universidade Estadual Paulista	*maio/22"*

deve-se ler: "

ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

Emissor	***Data de Emissão***
Assembleia Legislativa Rio Grande do Norte	*janeiro/20*
Azul Linhas Aéreas	*outubro/19*
Câmara da Serra	*setembro/23*
CAMPREV - Instituto Previd. Social do Município de Campinas	*março/22*
CNJ - Conselho Nacional de Justiça	*junho/22*
Comando da Aeronáutica	*fevereiro/22*
Companhia do Metropolitano de São Paulo	*julho/19*
EMDEC - Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas	*junho/22*
Exército Brasileiro	*fevereiro /22*
Faps Bento Gonçalves	*agosto/23*
Funprev - Estrela	*julho/23*
GE Acre	*outubro/19*
GE Bahia	*julho/13*
GE Espírito Santo	*setembro/19*
GE Mato Grosso do Sul	*março/22*
GE Paraná	*julho/23*
GE Pernambuco	*setembro/19*
GE Rio de Janeiro	*julho/23*
GE Rio Grande do Norte	*maio/14*
IMPCG - Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande	*junho/22*
INFRAERO - Empresa Bras. de Infraestrutura Aeroportuária	*junho/22*
IPERR - Instituto de Previdência do Estado de Roraima	*fevereiro/24*
IPMC - Instituto de Previdência dos Servidores de Cascavel	*maio/22*
IPREMB - Instituto Previdência do Município de Betim	*maio/22*
IPS - Instituto de Prev. dos Servidores do Município Serra	*agosto/22*
IPSM - São José dos Campos	*maio/22*
Marinha do Brasil	*maio/22*
MPAL – Ministério Público de Alagoas	*setembro/19*
MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	*setembro/19*
MPPE - Ministério Público de Pernambuco	*agosto/22*
PM Andradas	*fevereiro/24*
PM Aracaju	*setembro/19*
PM Belo Horizonte	*julho/23*
PM Betim	*maio/22*
PM Blumenau	*junho/24*
PM Cambará	*setembro/23*
PM Campinas	*abril/22*
PM Campo Grande	*maio/22*
PM Caracaraí	*fevereiro/24*
PM Cascavel	*abril/22*
PM Cotia	*julho/19*
PM Curitiba	*junho/22*
PM Diadema	*maio/22*
PM Diamantina	*março/22*
PM Estrela	*julho/23*
PM Francisco Beltrão	*outubro/19*
PM Formiga	*fevereiro/24*
PM Foz do Iguaçu	*abril/22*
PM Garibaldi	*julho/23*
PM Gramado	*maio/22*
PM João Monlevade	*fevereiro/24*
PM Lavras	*março/22*
PM Marília	*outubro/19*
PM Mogi das Cruzes	*julho/19*
PM Natal	*janeiro/20*
PM Piraquara	*outubro/19*
PM Pontal do Paraná	*julho/23*
PM Pouso Alegre	*maio/22*
PM Salvador	*outubro/12*
PM Sorocaba	*julho/19*
PM Uberlândia	*fevereiro/22*
PM Varginha	*agosto/22*
PM Vila Velha	*janeiro/24*
PM Vitória	*janeiro/19*
SJDF - Seção Judiciária do Distrito Federal	*maio/22*
STF - Supremo Tribunal Federal	*junho/22*
STJ – Superior Tribunal da Justiça	*setembro/19*
TCEPE - Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	*junho/22*
TCERN - Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte	*outubro/23*
TCERR – Tribunal de Contas de Roraima	*janeiro/20*
TCU – Tribunal de Contas da União	*setembro/19*
TJBA – Tribunal de Justiça da Bahia	*julho/13*
TJES – Tribunal de Justiça do Espírito Santo	*outubro/19*
TJSC – Tribunal de Justiça de Santa Catarina	*outubro/19*
TJMG - Tribunal de Justiça de Minas Gerais	*junho/22*
TJRR – Tribunal de Justiça de Roraima	*abril/24*
TRE-RJ – Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	*setembro/19*
TRE-SP - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	*abril/22*
TRE-TO – Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	*setembro/19*
TRT 1ª Região – Trib. Regional do Trabalho do Rio de Janeiro	*setembro/19*
TRT 5ª Região – Trib. Regional do Trabalho da Bahia	*setembro/19*
TRT 7ª Região - Trib. Regional do Trabalho do Ceará	*setembro/19*
TRT 10ª Região - Trib. Regional Trabalho do Distrito Federal	*abril/22*
TRT 15ª Região - Tribunal Regional do Trabalho de Campinas	*abril/22*
TRT 16ª Região - Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão	*abril/22*
TRT 19ª Região - Trib. Regional do Trabalho do Alagoas	*setembro/19*
TRT 24ª Região - Trib. Regional do Trabalho do Mato Grosso do Sul	*setembro/19*
TRT 2ª Região - Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo	*abril/22*
TSE – Tribunal Superior Eleitoral	*setembro/19*
UNESP - Universidade Estadual Paulista	*maio/22*
USP – Universidade de São Paulo	*outubro/19"*

Em razão da retificação ora aprovada, **(a)** o Anexo II (Laudo de Avaliação) do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Zetrasoft Ltda. passa a vigorar conforme redação consolidada no Anexo A desta Ata de Reunião de Sócios; e **(b)** o Anexo III (Lista de Atestados de Capacidade Técnica) do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Zetrasoft Ltda. passa a vigorar conforme redação consolidada no Anexo B desta Ata de Reunião de Sócios. A sócia ratifica todos os demais termos, condições e deliberações do Contrato Social de Constituição da Sociedade, celebrado em 01 de agosto de 2024 e arquivado na Junta Comercial de Minas Gerais sob o nº de registro 31215454362, que não tenham sido expressamente alterados pela presente Reunião de Sócios. **ARQUIVAMENTO**: Por fim, a sócia deliberou o arquivamento desta ata perante a Junta Comercial e publicação na forma de extrato, para os fins do artigo 1.122 da Lei nº 10.406/2002. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, depois de lida, foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Nova Lima/MG, 02 de agosto de 2024. **Mesa**: Renato César Vieira Araújo – Presidente da Mesa; Rosângela Vieira Araújo – Secretária da Mesa. **Sócia Presente**: Salt Participações S.A. (representada por Renato César Vieira Araújo e Rosângela Vieira Araújo). **Demais presentes**: Zetra Participações S.A. (representada por Renato César Vieira Araújo e Ivani Munhoz). *Registrada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 245154639.* **Mesa: RENATO CÉSAR VIEIRA ARAÚJO -** Presidente da Mesa; **ROSÂNGELA VIEIRA ARAÚJO -** Secretária da Mesa. **Sócia: SALT PARTICIPAÇÕES S.A.** *Representada por Renato César Vieira Araújo e Rosângela Vieira Araújo.* **Demais presentes: ZETRA PARTICIPAÇÕES S.A. *Representada por Renato César Vieira Araújo e Ivani Munhoz.* Visto do Advogado: BERNARDO VIANNA FREITAS - OAB/MG 126.043.**

BR-381 tem dois interessados

INFRAESTRUTURA Leilão de trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares será realizado na próxima quinta-feira



Investimentos que serão realizados no trecho de 303,4 quilômetros da rodovia devem somar R$ 9,2 bilhões no período da concessão FOTO: LUIZ SANTANA / ALMG

THYAGO HENRIQUE

A concessão do trecho de 303,4 quilômetros (km) da BR-381, entre Belo Horizonte e Governador Valadares, atraiu o interesse de dois grupos. As corretoras Opportunity e Sita - Aterpa entregaram propostas para participar do leilão da rodovia, marcado para quinta-feira (29), às 14h, na B3, em São Paulo. O prazo para a entrega de envelopes era até meio-dia de ontem (26).

As informações são do coordenador-geral do Movimento Nova 381, Luciano Araújo. Nascida em 2011, liderada pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Regional Vale do Aço, a iniciativa do setor empresarial reúne, atualmente, cerca de 100 mil pessoas com o objetivo de apoiar e monitorar as obras da estrada até que sejam, de fato, concluídas.

Esta será a quarta tentativa de leiloar a BR-381, batizada de "Rodovia da Morte", em razão de um alto índice de acidentes fatais. O trecho que liga a Capital ao Vale do Rio Doce estava previsto para ser concedido em novembro do ano passado, mas não houve interessados, assim como ocorreu em 2021 e 2022. Os principais problemas apontados pelo mercado para o desinteresse eram os riscos geológicos e jurídicos que inviabilizavam a exploração comercial do segmento.

A partir do último leilão "deserto", a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o governo federal fizeram alterações no projeto para atender as empresas. Uma delas trata-se da União ter assumido as obras de duplicação de parte da estrada, entre Belo Horizonte e Caeté, na região metropolitana (RMBH), e se comprometido a lidar com o reassentamento das famílias.

Leste de Minas - Com a retirada dos gargalos indicados pelo mercado, surgiu novamente a esperança de que a tão sonhada duplicação da BR-381 saia do papel. Para o coordenador-geral do Movimento Nova 381, a expectativa é muito positiva desta vez e se a duplicação do trecho, de fato, for realizada com o projeto, a região Leste vai se tornar um novo vetor de desenvolvimento de Minas Gerais.

"O atual governo já atraiu mais de R$ 400 bilhões de investimentos para o Estado e o que veio para o Leste de Minas? Praticamente nada, porque não tem logística. Como as empresas vão investir na região se elas não conseguem escoar a produção? Então o que queremos a partir da duplicação é que realmente o Leste se torne um vetor de desenvolvimento", destacou Araújo.

"Temos excelentes empresas com matéria-prima de qualidade, como a Usiminas, com aço plano, a Aperam, com aço inox, a Cenibra, com celulose, uma região pujante a nível industrial. Com a logística, além de melhorar a competitividade das indústrias regionais, vamos, sem dúvida, atrair novas empresas para que ao invés de ficar apenas exportando matéria-prima, a gente possa agregar valor aos produtos. É fundamental para mudar a realidade de todo o Leste", completou.

CONCESSÃO DA BR-381

Leilão: Quinta-feira (29/8), às 14h, na B3

Trecho: 303,4 km (Belo Horizonte até Gov. Valadares)

Prazo: 30 anos

Capex previsto: R$ 9,2 bilhões

Praças de pedágio: 5 (Caeté; João Monlevade; Jaguaraçu; Belo Oriente; Governador Valadares)

Geração de empregos: cerca de 73 mil (entre diretos e indiretos)

Melhorias: 27,83 km de duplicação de obras remanescentes e mais 106,44 km de duplicação de novos trechos; implantação de quase 83 km de faixas adicionais; 9,7 km de vias marginais; 20 passarelas; 166 pontos de ônibus; 15 passagens de fauna; uma rampa de escape; entre outras.

Fonte: ANTT

Transportadoras estão otimistas com certame

O presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Minas Gerais (Setcemg), Antônio Luís da Silva Júnior, também está confiante para que o novo leilão tenha sucesso. À reportagem do Diário do Comércio, ele realçou que a terceirização da gestão da rodovia e a duplicação do trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares é de suma importância para as transportadoras, especialmente no que se refere a segurança e produtividade das empresas do setor.

"Hoje temos quase 50% a mais de caminhões na rota para suprir o tempo de viagem. Algo que poderíamos fazer em três, quatro horas, estamos fazendo em oito, dez", ressaltou o executivo, reiterando que esse aumento do número de veículos é negativo para todos e destacando que, em sua opinião, o edital está bem montado, mas é essencial que os órgãos do governo fiscalizem a concessão para que os compromissos e metas estabelecidas sejam cumpridas pela concessionária. **(TH)**



Silva Júnior explica que, nas atuais condições da rodovia, custo operacional das transportadoras é maior FOTO: DIVULGAÇÃO / SETCEMG

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as integras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

ZETRASOFT LTDA.
CNPJ 03.881.239/0001-06 - NIRE 3120598531-4

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 02 de agosto de 2024, às 10:00 horas, na sede da Zetrasoft Ltda. ("Sociedade"), localizada na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, salas 1101 e 1102, Vale do Sereno, em Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP 34.006-049. **PRESENÇA:** Presentes os sócios que representam a totalidade do capital social da Sociedade: **(i) RENATO CÉSAR VIEIRA ARAÚJO,** brasileiro, divorciado, nascido em 10/06/1964, engenheiro eletricista, titular da carteira de identidade nº 1.930.056-0, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 455.773.749-87, com endereço comercial na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, sala 1102, Vale do Sereno, em Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP 34.006-049; **(ii) ROSÂNGELA VIEIRA ARAÚJO,** brasileira, solteira, nascida em 27/04/1961, engenheira eletricista, titular da carteira de identidade nº 1.930.057, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 044.825.128-00, com endereço comercial na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, sala 1102, Vale do Sereno, em Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP 34.006-049; e **(iii) ZETRA PARTICIPAÇÕES S.A.,** sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.543.848/0001-16, com seus atos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 3130012727-3, com sede na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, sala 1102, Vale do Sereno, em Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP 34.006-049, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus diretores **Ivani Munhoz**, brasileira, diretora administrativa, viúva, portadora da Cédula de Identidade n° 35.271.076-7, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o n° 149.010.348-12, residente e domiciliada na Rua da Mata, n° 205, apto. 1402, bairro Vila da Serra, em Nova Lima/MG, CEP 34.006-086, e **Renato César Vieira Araújo**, brasileiro, engenheiro eletricista, divorciado judicialmente, portador da Cédula de Identidade n° 19300560, expedida pela SPP/MG, inscrito no CPF sob o n° 455.773.749-87, com endereço comercial na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, sala 1102, bairro Vale do Sereno, em Nova Lima/MG, CEP 34.006-049. **CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES:** Dispensada a convocação e publicação de anúncios em razão da presença da totalidade dos sócios, conforme autoriza o artigo 1.072, §2º, da Lei nº 10.406/2002. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Por indicação da unanimidade dos sócios presentes, o Sr. Renato César Vieira Araújo assumiu os trabalhos na qualidade de Presidente da Mesa, que convidou a Sra. Rosângela Vieira Araújo para Secretária da Mesa. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a rerratificação da Ata de Reunião de Sócios da Sociedade, realizada em 01 de agosto de 2024 e arquivada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o nº de registro 11896786, para retificar a descrição dos ativos que compõem o Acervo Cindido para a **SALT TECNOLOGIA LTDA**., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 56.422.955/0001-91, com sede na Alameda Oscar Niemeyer, nº 132, salas 1101 e 1102, Vale do Sereno, em Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP 34.006-049, por ocasião de cisão parcial da Sociedade, pelo fato de que a referida descrição constou de forma incompleta no Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Zetrasoft Ltda., que compõe o Anexo I da Ata de Reunião de Sócios da Sociedade, e a ratificação das demais deliberações tomadas na referida Ata de Reunião de Sócios. **DELIBERAÇÕES:** Instalada a Reunião de Sócios, após discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia, os sócios, por unanimidade de votos e sem quaisquer objeções deliberaram: **(i)** Aprovar a retificação do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Zetrasoft Ltda., que compõe o Anexo I da Ata de Reunião de Sócios da Sociedade, realizada em 01 de agosto de 2024 e arquivada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o nº de registro 11896786, pelo fato de que a descrição da "Composição do Acervo Cindido" constou de forma incompleta (a) no Anexo II (Laudo de Avaliação) do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Zetrasoft Ltda; e (b) no Anexo III (Lista de Atestados de Capacidade Técnica) do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Zetrasoft Ltda. Dessa forma, no Laudo de Avaliação e na Lista de Atestados de Capacidade Técnica, que compõem, respectivamente, o Anexo II e o Anexo III do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Zetrasoft Ltda., **onde se lê:** "

ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA	
Emissor	**Data de Emissão**
Câmara da Serra	setembro/23
CAMPREV - Instituto Previd. Social do Município de Campinas	março/22
CNJ - Conselho Nacional de Justiça	junho/22
Comando da Aeronáutica	fevereiro/22
EMDEC - Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas	junho/22
Exército Brasileiro	fevereiro /22
Faps Bento Gonçalves	agosto/23
Funprev - Estrela	julho/23
GE Mato Grosso do Sul	março/22
GE Paraná	julho/23
GE Rio de Janeiro	julho/23
IMPCG - Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande	junho/22
INFRAERO - Empresa Bras. de Infraestrutura Aeroportuária	junho/22
IPERR - Instituto de Previdência do Estado de Roraima	fevereiro/24
IPMC - Instituto de Previdencia dos Servidores de Cascavel	maio/22
IPREMB - Instituto Previdência do Município de Betim	maio/22
IPS - Instituto de Prev. dos Servidores do Município Serra	agosto/22
IPSM - São José dos Campos	maio/22
Marinha do Brasil	maio/22
MPPE - Ministério Público de Pernambuco	agosto/22
PM Andradas	fevereiro/24
PM Belo Horizonte	julho/23
PM Betim	maio/22
PM Blumenau	junho/24
PM Cambará	setembro/23
PM Campinas	abril/22
PM Campo Grande	maio/22
PM Caracaraí	fevereiro/24
PM Cascavel	abril/22
PM Curitiba	junho/22
PM Diadema	maio/22
PM Diamantina	março/22
PM Estrela	julho/23
PM Formiga	fevereiro/24
PM Foz do Iguaçu	abril/22
PM Garibaldi	julho/23
PM Gramado	maio/22
PM João Monlevade	fevereiro/24
PM Lavras	março/22
PM Pontal do Paraná	julho/23
PM Pouso Alegre	maio/22
PM Uberlândia	fevereiro/22
PM Varginha	agosto/22
PM Vila Velha	janeiro/24
SJDF - Seção Judiciária do Distrito Federal	maio/22
STF - Supremo Tribunal Federal	junho/22
TCEPE - Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	junho/22
TCERN - Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte	outubro/23
TJMG - Tribunal de Justiça de Minas Gerais	junho/22
TJRR – Tribunal de Justiça de Roraima	fevereiro/24
TRE-SP - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	abril/22
TRT 10ª Região - Trib. Regional Trabalho do Distrito Federal	abril/22
TRT 15ª Região - Tribunal Regional do Trabalho de Campinas	abril/22
TRT 16ª Região - Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão	abril/22
TRT 2ª Região - Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo	abril/22
UNESP - Universidade Estadual Paulista	maio/22"

deve-se ler: "

ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA	
Emissor	**Data de Emissão**
Assembleia Legislativa Rio Grande do Norte	janeiro/20
Azul Linhas Aéreas	outubro/19
Câmara da Serra	setembro/23
CAMPREV - Instituto Previd. Social do Município de Campinas	março/22
CNJ - Conselho Nacional de Justiça	junho/22
Comando da Aeronáutica	fevereiro/22
Companhia do Metropolitano de São Paulo	julho/19
EMDEC - Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas	junho/22
Exército Brasileiro	fevereiro /22
Faps Bento Gonçalves	agosto/23
Funprev - Estrela	julho/23
GE Acre	outubro/19
GE Bahia	julho/13
GE Espírito Santo	setembro/19
GE Mato Grosso do Sul	março/22
GE Paraná	julho/23
GE Pernambuco	setembro/19
GE Rio de Janeiro	julho/23
GE Rio Grande do Norte	maio/14
IMPCG - Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande	junho/22
INFRAERO - Empresa Bras. de Infraestrutura Aeroportuária	junho/22
IPERR - Instituto de Previdência do Estado de Roraima	fevereiro/24
IPMC - Instituto de Previdência dos Servidores de Cascavel	maio/22
IPREMB - Instituto Previdência do Município de Betim	maio/22
IPS - Instituto de Prev. dos Servidores do Município Serra	agosto/22
IPSM - São José dos Campos	maio/22
Marinha do Brasil	maio/22
MPAL – Ministério Público de Alagoas	setembro/19
MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	setembro/19
MPPE - Ministério Público de Pernambuco	agosto/22
PM Andradas	fevereiro/24
PM Aracaju	setembro/19
PM Belo Horizonte	julho/23
PM Betim	maio/22
PM Blumenau	junho/24
PM Cambará	setembro/23
PM Campinas	abril/22
PM Campo Grande	maio/22
PM Caracaraí	fevereiro/24
PM Cascavel	abril/22
PM Cotia	julho/19
PM Curitiba	junho/22
PM Diadema	maio/22
PM Diamantina	março/22
PM Estrela	julho/23
PM Francisco Beltrão	outubro/19
PM Formiga	fevereiro/24
PM Foz do Iguaçu	abril/22
PM Garibaldi	julho/23
PM Gramado	maio/22
PM João Monlevade	fevereiro/24
PM Lavras	março/22
PM Marília	outubro/19
PM Mogi das Cruzes	julho/19
PM Natal	janeiro/20
PM Piraquara	outubro/19
PM Pontal do Paraná	julho/23
PM Pouso Alegre	maio/22
PM Salvador	outubro/12
PM Sorocaba	julho/19
PM Uberlândia	fevereiro/22
PM Varginha	agosto/22
PM Vila Velha	janeiro/24
PM Vitória	janeiro/19
SJDF - Seção Judiciária do Distrito Federal	maio/22
STF - Supremo Tribunal Federal	junho/22
STJ – Superior Tribunal da Justiça	setembro/19
TCEPE - Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	junho/22
TCERN - Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte	outubro/23
TCERR – Tribunal de Contas de Roraima	janeiro/20
TCU – Tribunal de Contas da União	setembro/19
TJBA – Tribunal de Justiça da Bahia	julho/13
TJES – Tribunal de Justiça do Espírito Santo	outubro/19
TJSC – Tribunal de Justiça de Santa Catarina	outubro/19
TJMG - Tribunal de Justiça de Minas Gerais	junho/22
TJRR – Tribunal de Justiça de Roraima	abril/24
TRE-RJ – Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	setembro/19
TRE-SP - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	abril/22
TRE-TO – Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	setembro/19
TRT 1ª Região – Trib. Regional do Trabalho do Rio de Janeiro	setembro/19
TRT 5ª Região – Trib. Regional do Trabalho da Bahia	setembro/19
TRT 7ª Região - Trib. Regional do Trabalho do Ceará	setembro/19
TRT 10ª Região - Trib. Regional Trabalho do Distrito Federal	abril/22
TRT 15ª Região - Tribunal Regional do Trabalho de Campinas	abril/22
TRT 16ª Região - Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão	abril/22
TRT 19ª Região - Trib. Regional do Trabalho do Alagoas	setembro/19
TRT 24ª Região - Trib. Regional do Trabalho do Mato Grosso do Sul	setembro/19
TRT 2ª Região - Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo	abril/22
TSE – Tribunal Superior Eleitoral	setembro/19
UNESP - Universidade Estadual Paulista	maio/22
USP – Universidade de São Paulo	outubro/19"

Em razão da retificação ora aprovada, **(a)** o Anexo II (Laudo de Avaliação) do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Zetrasoft Ltda. passa a vigorar conforme redação consolidada no Anexo A desta Ata de Reunião de Sócios; e **(b)** o Anexo III (Lista de Atestados de Capacidade Técnica) do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Zetrasoft Ltda. passa a vigorar conforme redação consolidada no Anexo B desta Ata de Reunião de Sócios. **O**s sócios ratificam todos os demais termos, condições e deliberações da Ata de Reunião de Sócios da Sociedade, realizada em 01 de agosto de 2024 e arquivada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o nº de registro 11896786, que não tenham sido expressamente alterados pela presente Reunião de Sócios. **ARQUIVAMENTO**: Por fim, os sócios deliberaram o arquivamento desta ata perante a Junta Comercial e publicação na forma de extrato, para os fins do artigo 1.122 da Lei nº 10.406/2002. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, depois de lida, foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Nova Lima/MG, 02 de agosto de 2024. **MESA**: Renato César Vieira Araújo – Presidente da Mesa; Rosângela Vieira Araújo – Secretária da Mesa. **SÓCIOS PRESENTES**: **(i)** Renato César Vieira Araújo; **(ii)** Rosângela Vieira Araújo; e **(iii)** Zetra Participações S.A. (representada por Renato César Vieira Araújo e Ivani Munhoz). *Registrada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 245153942.* **Mesa: RENATO CÉSAR VIEIRA ARAÚJO -** Presidente da Mesa; **ROSÂNGELA VIEIRA ARAÚJO -** Secretária da Mesa. **Sócios: RENATO CÉSAR VIEIRA ARAÚJO; ROSÂNGELA VIEIRA ARAÚJO; ZETRA PARTICIPAÇÕES S.A.** *Representada por Renato César Vieira Araújo e Ivani Munhoz.*

Barragem da Vale tem nível de emergência reduzido

MINERAÇÃO Estrutura na Mina Gongo Soco, em Barão de Cocais, está no segundo patamar de risco do sistema de gestão da ANM

RODRIGO MOINHOS

Ontem, a barragem da Vale Sul Superior, na Mina de Gongo Soco, em Barão de Cocais (região Central), teve o nível de emergência reduzido de 3 para o nível 2 no Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração (SIGBM), da Agência Nacional de Mineração (ANM). A barragem encontrava-se em nível máximo de emergência desde 2019.

De acordo com a Vale, a redução foi possível devido à realização de novas investigações geotécnicas, ampliação dos instrumentos de monitoramento e evolução de estudos que permitiram maior conhecimento da real condição de estabilidade da estrutura.

"Além disso, o avanço das obras de descaracterização até o momento, com a remoção de cerca de 900 mil metros cúbicos, corresponde a cerca de 13% do total a ser retirado, bem como melhorias na drenagem superficial do seu reservatório e a redução do aporte de água para a barragem contribuíram para o aumento da segurança da estrutura", informou a empresa.

O trabalho de remoção de rejeitos do reservatório da Sul Superior tem avançado com o uso de equipamentos operados por controle remoto de máquinas como tratores e escavadeiras a distância. De acordo com a diretora de descaracterização de barragens e projetos geotécnicos da Vale, Adriana Bandeira, todo o trabalho está sendo possível devido ao desenvolvimento de tecnologias inovadoras.

"Foi utilizado de forma inédita um equipamento que permite a sondagem remota, o *deep drive*, importado da Holanda, que possibilitou a realização de investigações geotécnicas de forma remota garantindo a segurança dos trabalhadores envolvidos", pontuou a diretora.

> **"Foi utilizado de forma inédita um equipamento que permite a sondagem remota, o deep drive, importado da Holanda"**
> Adriana Bandeira



Vale já investiu R$ 8,5 bilhões no Programa de Descaracterização de Estruturas a Montante desde 2019, após a tragédia provocada pelo rompimento de uma barragem em Brumadinho FOTO: DIVULGAÇÃO / VALE

Ainda em 2019, a barragem Sul Superior entrou em nível máximo de emergência com o objetivo principal de garantir a segurança da comunidade próxima à estrutura. Desde então, os avanços são realizados para maior compreensão técnica da barragem da Vale e todos os esforços são empenhados na eliminação da estrutura.

Cerca de R$ 80 milhões foram investidos em estudos e análises sobre a condição de estabilidade da estrutura, onde foram desenvolvidas novas investigações geotécnicas, aumento de mais de 50% do número de equipamentos de monitoramento da barragem - que saltaram de 72 para 109 -, construção de um Núcleo de Monitoramento Geotécnico local na mina de Gongo Soco e novos levantamentos topográficos.

A previsão é que as obras de descaracterização da barragem sejam concluídas em dezembro de 2029, com a remoção total dos rejeitos e a recuperação ambiental da área. A barragem possui Estrutura de Contenção a Jusante (ECJ) com Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) vigente e capaz de, em caso de uma eventual ruptura, reter todo o rejeito da barragem.

A redução de nível de emergência da barragem Sul Superior, realizada pela ANM, foi comunicada aos órgãos competentes, conforme as diretrizes estabelecidas no Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM) da estrutura e na legislação vigente, incluindo o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e a auditoria técnica que acompanha os trabalhos na estrutura.

Mesmo com a melhoria das condições de estabilidade da barragem Sul Superior da Vale, a Zona de Autossalvamento (ZAS) da estrutura, em nível 2 de emergência, deverá permanecer evacuada de acordo com a legislação vigente, não havendo retorno das famílias neste momento.

A Vale firmou, em agosto do ano passado, acordo no valor de R$ 527 milhões para ações de reparação e compensação em Barão de Cocais. O acordo contempla programas relacionados a transferência de renda, requalificação do turismo e cultura, segurança, fortalecimento do serviço público municipal e demandas das comunidades atingidas.

Aportes – De acordo com a companhia, desde 2019 a Vale investiu cerca de R$ 8,5 bilhões no Programa de Descaracterização de Estruturas a Montante da empresa. A eliminação de estruturas construídas a montante foi um compromisso assumido pela Vale logo após o rompimento da barragem em Brumadinho, além de atender às legislações federal e estadual vigentes sobre segurança de barragens.

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO

O **Presidente da Confederação Brasileira de Musculação e Fisiculturismo (CBMF)**, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob nº 48.606.098/0001-07, com sede na Avenida Raja Gabaglia, nº 4859, Santa Lúcia, Belo Horizonte, MG, CEP 30.360-663, representada por seu presidente, Wander José Pereira, brasileiro, professor, casado, CPF 924.818.416-20, residente e domiciliado na Rua Batista Santiago, nº 103, casa 3, bairro Liberdade, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 31.270-230, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 50, inciso V, do Estatuto da entidade, convoca as Federações filiadas e todos os membros da Comissão de Atletas da CBMF para a Assembleia Geral Extraordinária da CBMF, a ser realizada no dia 28 de agosto de 2024, em primeira convocação às 17h00 e, em segunda e última convocação, se necessário, às 17h30. A Assembleia Geral Extraordinária ocorrerá de forma telepresencial, por meio da plataforma Google Meet, com link de acesso e instruções que serão oportunamente disponibilizados pela secretaria por e-mail às entidades filiadas e aos membros da Comissão de Atletas. A Assembleia será realizada em conformidade com as disposições do Estatuto da Confederação Brasileira de Musculação e Fisiculturismo (CBMF) e terá a seguinte ordem do dia: **1. Eleição de Presidentes, 2 Vice-Presidentes e Conselho Fiscal; 2. Eleição do Colegiado de Atletas; 3. Votação para alteração do Estatuto, nos seguintes artigos: 3.1. Alteração do artigo 1º para alteração da nomenclatura; 3.2. Alteração do artigo 7º, alínea "b", que atualmente estabelece:** *"eleger, por votação e dar posse na Assembleia Geral, a que se refere a alínea 'a', o Presidente e o Vice-Presidente da CBMF, Tribunal de Justiça Desportiva e o Conselho Fiscal, com mandato de 5 (cinco) anos, podendo haver aclamação quando houver uma única chapa, bem como não havendo limitação a reeleições sucessivas, para que altere o mandato para até quatro anos, permitida uma única recondução."* **Para a seguinte redação:** *"eleger, por votar e dar posse na Assembleia Geral, a que se refere a alínea 'a', o Presidente e o Vice-Presidente da CBMF, Tribunal de Justiça Desportiva e o Conselho Fiscal, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução."* **4. mudança do endereço da sede: a sede mudará de endereço e todas as atividades passarão a ser exercidas na rua Joao Arantes, 451 - União - 31170-240 - Belo Horizonte – MG. 5. Assuntos gerais.** OBSERVAÇÕES: 1. Para estar apto ao voto, as Federações filiadas deverão cumprir os requisitos constantes do artigo 35, sendo garantido o benefício do artigo 24, §2º, ambos do Estatuto vigente. 2. Terão direito a voto na Assembleia Geral Extraordinária também todos os membros da Comissão de Atletas (relação anexa). 3. As Federações filiadas devem ser representadas por seus Presidentes ou procuradores. 4. A participação dos atletas é pessoal e intransferível, não sendo admitida a outorga de procuração para representação. 5. A votação será aberta, conforme previsto no Regulamento Eleitoral, assegurando-se aos candidatos o direito de acompanhar o pleito e a apuração dos votos. 6. A candidatura a membro do Conselho Fiscal da CBMF deverá ser individual e deverá ser protocolada diretamente pelo(a) candidato(a) junto à Secretaria da CBMF, por e-mail ou fisicamente, conforme o artigo 7º do Regimento Eleitoral. 7. O prazo para submissão de candidaturas se inicia às 00h01 do dia 22 de agosto de 2024 e se encerra às 23h59 do dia 26 de agosto de 2024. Os candidatos deverão apresentar todos os documentos listados no artigo 9º do Regulamento Eleitoral. 8. 30% dos cargos de direção serão destinados a mulheres, conforme disposto no art. 36, inciso IX, da LGE.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2024
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MUSCULAÇÃO E FISICULTURISMO (CBMF)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
"PREMISA PREDIAL MINAS GERAIS S.A"
CNPJ: 17.177.726/0001-05
"ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA"

Ficam os senhores acionistas convocados para a Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia 27 (Vinte e sete) de Agosto de 2024(dois mil e vinte e quatro), as 10:00 (dez) horas em primeira convocação ou as 10:30 (dez e trinta minutos) em segunda convocação, na Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2057, Bloco B, 4º Andar, Sala 11 – Vila Joana D'arc, município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais - CEP 33.239-210 para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia. (a) Convalidação de todos os atos da Diretoria até a presente data, (b) Transferência das ações conforme termo de Recibo entre acionistas: (c) Adequação dos corpos e funções da Diretoria (d) Aprovação e nomeação dos novos Diretores: (e) Aprovação do novo endereço da Companhia: (f) Assuntos gerais.
Belo Horizonte, 12 de Agosto de 2024. Lunard de Abreu – Acionista Majoritário



CLUBE MINEIRO DE CAÇADORES
FUNDADO EM 26 DE FEVEREIRO DE 1931 – CR- 894 – SFPC-4ºRM/4º DE

PROCESSO ELEITORAL
COMUNICADO DE ABERTURA
ELEIÇÃO DA DIRETORIA BIÊNIO 2025/2026

Nos termos dos artigos 96 e seguintes do Estatuto do Clube, comunico a constituição da Comissão Eleitoral e, por consequência, a abertura do processo eleitoral destinado à escolha da diretoria do Clube para o biênio 2025/2026. A Comissão é composta por: - ***Presidente: André Von Bentzeen Rodrigues - Vice-Presidente: José Guilherme Costa Chaves - Membro: André Luiz Paio.*** As candidaturas deverão ser apresentadas por "chapas" e deverão ser remetidas à Comissão Eleitoral até o dia 10 de setembro deste ano de 2024, mediante envido de mensagem eletrônica para gerencia@cmcbh.com.br ou protocolização de requerimento em duas vias perante a Secretaria do Clube, que dará recibo. Este comunicado deverá ser remetido a todos os sócios proprietários mediante mensagem eletrônica endereçada aos e-mails cadastrados na Secretaria do Clube, afixada no Quadro Geral de Aviso do Clube e publicada por três vezes, com intervalos de 03 (três) dias em jornal de grande circulação.

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2024
Gustavo Alberto Rocha Azevedo Branco
Presidente do Conselho Deliberativo
Clube Mineiro de Caçadores

FRIGOBET FRIGORÍFICO INDUSTRIAL BETIM LTDA
CNPJ 19.397.579/0001-04

Pela presente publicação e nos termos do artigo 1.152, § 3º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, FRIGOBET FRIGORIFICO INDUSTRIAL BETIM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.397.579/0001-04 e NIRE JUCEMG nº 31201554751 de 06/01/1984, com sede na Rua Antônio José Diniz, nº 184, bairro Imbiruçu, Betim/MG, CEP: 32.667-210, através de seu administrador SILVIO DA SILVEIRA, convoca todos os sócios para participar da Assembleia Geral da referida Sociedade, a realizar na sede social, localizada à Rua Antônio José Diniz, nº 184, bairro Imbiruçu, Betim/MG, CEP: 32.667-210, no dia 02 de setembro de 2024, às 09h00, com a seguinte ordem do dia: 1 – Exclusão do Sócio Remisso e Minoritário ESPÓLIO DE HUGO CAMARGOS, por justa causa, em razão do não atendimento de convocações anteriores para deliberações e atos de interesse da sociedade, em especial, pela não realização dos aportes proporcionais para amortização dos prejuízos da sociedade. Caso no horário indicado não tenham comparecido o número legal de associados, a Assembleia ocorrerá às 09h30min, em segunda chamada, com o número de presentes.
Silvio da Silveira – Administrador

CONSÓRCIO PÚBLICO PARA DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2024

O CODAP - Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba, em cumprimento ao art. 86, da Lei Federal de nº 14.133/21 e Decreto Federal de nº 11.462, de 31 de março de 2023, torna público, e faz saber, que se encontra aberto à INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO DE NUMERO 020/2024, cujo objeto é a futura e eventual aquisição de notebooks, computadores e suprimentos de informática, para atender as necessidades do Codap e dos municípios consorciados ao Consórcio Público Para Desenvolvimento do Alto Paraopeba. A íntegra da IRP encontra-se disponível no site oficial do CODAP https://www.altoparaopeba.mg.gov.br/. O prazo para os órgãos interessados em participar e encaminhar sua manifestação de interesse informando a estimativa total de quantidades é de oito dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data desta divulgação. Conselheiro Lafaiete/MG, em 26 de agosto de 2024. Augusto Resende Paulo – Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 153/2024. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de sonda uretral. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 27/08/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 09/09/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 168/2024. Objeto: Aquisição de equipamentos (mesa, cadeira e microcomputador) para estruturação da sala para realização de triagem auditiva no Contro de Especialidades Médicas e Odontológicas – CEMO Dr. Ovídio Nogueira Machado. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 27/08/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 09/09/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 181/2024. Objeto: Aquisição de equipamentos e ferramentas (máquina de solda, esmerilhadeiras e martelete). Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 27/08/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 09/09/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 189/2024. Objeto: Aquisição de equipamentos audiológicos para realização de triagem auditiva. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 27/08/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 09/09/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 192/2024. Objeto: Aquisição de plagrounds e brinquedos (casinha de plástico, escorregador etc) para uso nas atividades da Creche do Bairro Jadir Marinho. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 27/08/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 09/09/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 199/2024. Objeto: Contratação de empresa de consultoria para prestação de serviços de implantação e desenvolvimento da Política Nacional Aldir Blanc. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 27/08/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 10/09/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 203/2024. Objeto: Aquisição de agregado siderúrgico (escória e pó de agregado siderúrgico). Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 27/08/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 09/09/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 206/2024. Objeto: Aquisição de peças para o equipamento centrífuga Nova Técnica 19110639 instalada no CEMO (Centro de Especialidades Médicas e Odontológicas Dr. Ovídio Nogueira Machado). Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 27/08/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 09/09/2024 às 8h30.

CROS CONSTRUÇÕES S/A
CNPJ 22.010.581/0001-85 - NIRE 3130012343-0
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ELEIÇÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2024

Data, Hora e Local: às 10:00 horas do dia 13 de agosto de 2024, na sede da CROS Construções S/A "Companhia", localizada a Rua Ouro Fino, nº 395, conjunto 101, Bairro Cruzeiro, Belo Horizonte/MG, cep: 30.310-110. **Presença**: Presente os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia, quais sejam: (i) RRS Participações Ltda., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 31.831.648/0001-33, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, sob o NIRE 3121120355-1, com sede localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Professor Moraes, n° 476, Sala 05, Bairro Savassi, CEP: 30.150-370, neste ato representada por seu sócio administrador Ricardo Pires de Mendonça Sousa, inscrito no CPF/MF nº 113.351.056-62, ("RRS Participações"); (ii) Alkmim Rocha Sousa Participações Ltda., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 55.756.796/0001-07, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, sob o NIRE 31215316709, com sede localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Professor Moraes, n° 476, sala 5, bairro Savassi, CEP 30.150-370, neste ato representada por seu sócio administrador, Marco Antônio Rocha Sousa, inscrito no CPF/MF nº 041.062.966-91, ("Alkimim Rocha"); e (iii) Ferreira Rocha Sousa Participações Ltda., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 31.931.076/0001-64, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, sob o NIRE 3121121149-0, com sede localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Professor Moraes, n° 476, Sala 05, Bairro Savassi, CEP: 30.150-370, neste ato representada por seu sócio administrador Marco Aurélio Rocha Sousa, inscrito no CPF/MF nº 066.074.386-87, ("Ferreira Rocha"). **Convocação/Publicação:** Foram dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 1.072, §2º, da Lei 10.406/2002 ("Código Civil") e do artigo 124, §2º, da Lei 6.404/1976 ("Lei das Sociedades Anônimas"). **Mesa**: Por indicação dos acionistas presentes, assumiu os trabalhos, na qualidade de Presidente, o Sr. Marco Antônio Rocha Sousa, que indicou o Sr. Ricardo Pires de Mendonça Sousa como secretário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre, (i) eleição dos membros da Diretoria da Companhia. **Deliberações**: Instalada a Assembleia, após discussão e votação das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer objeções ou ressalvas, deliberaram o seguinte: (i) Eleger, para mandato unificado de 3 (três) anos, os seguintes membros da Diretoria, todos qualificados abaixo: 1. Marco Antônio Rocha Sousa, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, nascido em 08/03/1947, industrial, portador da carteira de identidade nº M-481.520, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF nº 041.062.966-91, residente e domiciliado na Alameda Oscar Niemeyer, nº 932, Bairro Vila da Serra, Município de Nova Lima/MG, CEP 34.006-065, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; e 2. Renato André Novaes Ferreira, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº MG 5.381.315, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF n° 769.579.776-68, residente e domiciliado na Rua Albita, nº 585, Apto. 601, Bairro Cruzeiro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.310-160, para o cargo de Diretor Sem Designação Específica da Companhia. Os Diretores ora eleitos tomarão posse mediante a assinatura, no prazo legal, do competente Termo de Posse a ser lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia, nos temos do artigo 149 da Lei das Sociedades Anônimas. Declaram, sob as penas da lei, para fins do disposto no artigo 147 da Lei das Sociedades Anônimas demais legislação aplicável, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra a concorrência, contra relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Tampouco existe motivo de impedimento decorrente de qualquer outra circunstância legalmente prevista como impeditiva do exercício das atividades empresariais ou administração da Companhia. Assinados os Termos de Posse, os Diretores são investidos em todos os poderes e atribuições estipulados pela lei ou pelo Estatuto Social da Companhia. **Publicações e Arquivamento:** Por fim, os acionistas deliberam o arquivamento desta Ata perante a Junta Comercial de Minas Gerais. Os Diretores da Companhia ficarão encarregados de tomar as providências legais e regulamentares para concretizar as deliberações formalizadas nesta Ata. **Encerrramento**: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos, para lavrada desta ata, que, lida, conferida e aprovada por unanimidade, sem restrições ou ressalvas, foi assinada pelos acionistas presentes, ao final deste instrumento. Belo Horizonte, 13 de agosto de 2024. Assinaturas: Mesa: Marco Antônio Rocha Sousa - Presidente da Mesa. Ricardo Pires de Mendonsa Sousa - Secretário da Mesa. Acionistas: Alkmim Rocha Sousa Participações Ltda - Marco Antônio Rocha Sousa. Ferreira Rocha Sousa Participações Ltda - Marco Aurélio Rocha Sousa. RRS Participações Ltda - Ricardo Pires de Mendonsa Sousa. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Certifico o registro sob o nº 11916159 em 20/08/2024 da Empresa CROS CONSTRUCOES S/A, Nire 31300123430 e protocolo 245029079 - 14/08/2024. Autenticação: 839F595164ED8C725555A58C6F97E3655AFE30. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

ALIANÇA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 12.009.135/0001-05 - NIRE 313.001.0607-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2024
(lavrada na forma de sumário como faculta o artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76)

I. DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO: No dia 13 de agosto de 2024, às 11:15 horas, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") da **ALIANÇA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.** ("Companhia"), de forma digital, por meio de videoconferência, nos termos do artigo 121, § único, e 124, § 2º-A, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **II. CONVOCAÇÃO**: Conforme o artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, foi dispensada a publicação do edital de convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas da Companhia". **III. PRESENÇA**: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **IV. MESA**: Os acionistas, representando a totalidade do capital social da Companhia, indicaram para presidir a mesa o Sr. Matheus Carvalho Silvestre e, para secretariar os trabalhos da mesa, o Sr. Lourenço Rocha Borba Dias de Castro. **V. ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** ratificação da composição da mesa; **(ii)** renúncia de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iii)** designação do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; e **(iv)** aprovação de autorização aos Diretores para tomarem todas as medidas e assinarem os documentos necessários ou convenientes à implementação e efeito das deliberações tomadas nesta Assembleia. **VI. DELIBERAÇÕES**: Instalada a Assembleia, os acionistas titulares de ações representando a totalidade do capital social da Companhia, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, decidiram, por unanimidade dos presentes e sem reservas: (i) Ratificar a indicação da composição da mesa da presente Assembleia Geral Extraordinária, presidida pelo Sr. Matheus Carvalho Silvestre e secretariada pelo Sr. Lourenço Rocha Borba Dias de Castro; (ii) Aprovar a renúncia dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração indicados pela acionista CEMIG Geração e Transmissão S.A.: (a) Marco da Camino Ancona Lopez Soligo; (b) Leonardo George de Magalhães; (c) Douglas Braga Ferraz de Oliveira Xavier; e (d) Tulio Randazzo Rabelo. A Companhia e os membros do Conselho de Administração cuja renúncia foi ora aprovada outorgam reciprocamente a mais ampla, plena, rasa e geral quitação, para nada mais reclamar, em juízo ou fora dele. (iii) Designar os Conselheiros Ludmila Lopes Nascimento Brasil e Paulo de Tarso de Alexandria Cruz para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, respectivamente. Em virtude das deliberações constantes neste item (iii) e no item (ii) acima, o Conselho de Administração da Companhia passa a ser composto da seguinte forma: **Conselheiro - Cargo:** Ludmila Lopes Nascimento Brasil - Presidente - Conselheira Efetiva; Paulo de Tarso de Alexandria Cruz - Vice-Presidente - Conselheiro Efetivo; João Sichieri Moura - Conselheiro Efetivo; Juliana Martins das Chagas Pires - Conselheira Suplente; Andréa Jota Lizardo - Conselheira Suplente; Tacio Ulisses de Carvalho Neto - Conselheiro Suplente. (iv) Aprovar a outorga de autorização ao(s) Diretor(es) para tomar(em) todas as medidas e assinar(em) os documentos necessários ou convenientes à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária. **VII. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA**: Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo suficiente à lavratura desta Ata, a qual, após, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Matheus Carvalho Silvestre – Presidente e Lourenço Rocha Borba Dias de Castro – Secretário. Acionistas: Vale S.A., p.p. Virgínia Lage Perez Maia e Paulo de Tarso de Alexandria Cruz; e Cemig Geração e Transmissão S.A., p.p. Leonardo George Magalhães e Marco da Camino Ancona Lopez Soligo. Confere com o original lavrado em livro próprio. **Matheus Carvalho Silvestre - Presidente.** JUCEMG - Certifico registro sob o nº 11924487 em 22/08/2024 e protocolo 245124284 em 20/08/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

STF referenda liminar que prorroga dívida de Minas

RECUPERAÇÃO FISCAL Esta semana é decisiva para o governo mineiro, uma vez que o assunto será julgado no Supremo

MARCO AURÉLIO NEVES

O Supremo Tribunal Federal (STF) referendou por unanimidade a decisão liminar do ministro Edson Fachin, que atendeu parcialmente ao pedido do governo de Minas Gerais para prorrogar o prazo de pagamento da dívida do Estado com a União até 1º de agosto. O referendo de ontem ocorre dias antes do julgamento sobre o caso da dívida mineira no Plenário do Supremo, na próxima quarta-feira (28).

A liminar de Fachin foi concedida durante período de recesso do STF e, posteriormente, após o encerramento do período, o prazo foi prorrogado de novo até o dia 28 deste mês, dessa vez em decisão do ministro Nunes Marques, relator do caso.

Vale lembrar que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) adiou a votação em plenário, em segundo turno, do Projeto de Lei (PL) 1202/2019, de autoria do governo estadual, que permite ao Estado aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), por conta das últimas decisões do STF favoráveis à prorrogação do prazo de pagamento da dívida. O RRF é considerado pelos parlamentares como a última opção do Estado.

A ALMG tem procurado ganhar tempo na esperança da aprovação, no Congresso Nacional, do Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados (Propag), de autoria do senador Rodrigo Pacheco (PSD), visto pelos deputados como o melhor caminho para solucionar a dívida de Minas Gerais com a União.

No dia 14 deste mês, o Senado aprovou o Propag por 70 votos favoráveis e 2 contrários. O texto seguiu para a Câmara dos Deputados e ainda não está previsto para ser votado nesta semana. A Casa Legislativa está focada na regulamentação da reforma tributária.

No último dia 20, o governo estadual solicitou ao STF uma audiência de conciliação com a União com o objetivo de aguardar a votação do Propag, antes de deliberações a respeito da execução da dívida. O Estado pediu ainda que pudesse realizar os pagamentos da dívida como se o RRF estivesse homologado.

Dois dias depois, a Advocacia-Geral da União (AGU) rejeitou a audiência e declarou que eventual tentativa de conciliação somente poderá tratar da adesão do Estado ao RRF, só poderá ser iniciada após a retomada do pagamento das parcelas da dívida e ressaltou que Minas Gerais ainda não atendeu plenamente às contrapartidas exigidas para a adesão ao regime.

RRF - Assim, sem que o Propag seja votado na Câmara dos Deputados e muito menos audiência de conciliação entre União e Minas Gerais, caso o Plenário do STF decida pela retomada do pagamento da dívida estadual na próxima quarta-feira, a ALMG terá de iniciar o segundo turno da votação de adesão do Estado ao RRF.

Nesse caso, sem a aprovação do RRF, que ainda não está incluído na agenda da ALMG desta semana, restará ao governo estadual iniciar a quitação integral do débito com o governo federal. A parcela de 2024 é estimada em R$ 8 bilhões.


Caso da dívida mineira tem previsão de julgamento nesta quarta-feira (28) no plenário do Supremo FOTO: RICARDO MORAES / REUTERS

> **"No último dia 20, o governo estadual solicitou ao STF uma audiência de conciliação com a União com o objetivo de aguardar a votação do Propag (no Congresso)"**

CONGRESSO

Lira dispensa registro de presença dos deputados

itatiaia

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), dispensou os deputados do registro de presença em Brasília nesta semana. A decisão foi publicada no Diário Oficial da Casa ontem. Com a medida, os parlamentares poderão votar a distância durante o esforço concentrado para análise de projetos importantes.

Com as eleições municipais, os deputados tendem a se concentrar em suas bases e vêm pouco a Brasília. Neste mês, os parlamentares só se reuniram entre os dias 12 e 15 de agosto e a previsão é que a próxima semana de votações seja realizada de 9 a 12 de setembro.

Estão previstas sessões deliberativas entre hoje e amanhã (28), mas a pauta ainda não foi divulgada, como é habitual na Câmara. Dentre os projetos que devem ser votados, está a conclusão da segunda etapa da regulamentação da reforma tributária, que estabelece o funcionamento do comitê gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Também há expectativa para que Lira anuncie nesta semana qual candidato apoiará para sucedê-lo no comando da Câmara. O próximo presidente da Casa será eleito em fevereiro de 2025. Três deputados despontam como os principais candidatos: os líderes do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), e do PSD, Antonio Brito (BA), e o vice-presidente da Casa e presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP).

Elmar é tido como o mais próximo de Lira e recentemente assumiu o maior bloco partidário da Câmara, que reúne oito partidos e 161 deputados. **(Gabriel Máximo)**


Com as eleições municipais, os parlamentares tendem a permanecer em suas bases FOTO: ADRIANO MACHADO / REUTERS

TRABALHO

Luiz Marinho diz que Caged terá resultados "fortes"

Brasília - O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse ontem que os dados do Caged que serão divulgados esta semana sobre o desempenho do emprego formal em julho virão "fortes".

Segundo Marinho, que falou em evento sobre mercado de trabalho e relações trabalhistas no Rio de Janeiro, os empregos formais criados de janeiro a julho superaram o saldo de todo o ano passado.

No primeiro semestre, o País criou 1,3 milhão de postos de trabalho formais, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), acima dos 1,03 milhão criados no mesmo período de 2023. Em todo o ano de 2023 foram criadas 1,484 milhão de vagas, segundo dado divulgado em janeiro.

Marinho disse que os dados do setor industrial de julho também já mostrarão um cenário melhor este ano do que em todo ano passado. Os números do Caged também mostrarão uma reação do mercado do Rio Grande do Sul, afetado por enchentes sem precedentes em maio.

"O Caged vem vindo bem, julho vem bem e a indústria também, e isso é importante porque a indústria tem um emprego que é mais estrutural e melhor pela sua qualidade e remuneração. Isso ajuda bastante o processo de desenvolvimento da economia", disse ele a jornalistas.

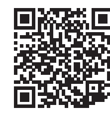
Em junho, o País criou 201.705 vagas formais de trabalho, acima do esperado pelos economistas consultados pela Reuters. Para julho, a expectativa é de criação líquida de 190.000 vagas.

Apesar da perspectiva positiva, Marinho manteve a projeção de um saldo positivo de 2 milhões de vagas formais para 2024. Ele manifestou preocupação com a possibilidade de o Banco Central aumentar a taxa básica de juros Selic nas próximas reuniões de política monetária.

Segundo Marinho, se o BC "desandar" a aumentar juros, isso impactará investimentos e abertura de vagas, especialmente em 2025. Ele argumentou que o aumento da produção precisa ser encarado pela autoridade monetária como um caminho alternativo à elevação dos juros para combater a inflação.

Autoridades do BC já afirmaram que a alta dos juros é uma possibilidade se for considerada necessária. O BC tem reiterado que o dinamismo do mercado de trabalho tem surpreendido e que a resiliência da atividade inspira cautela. **(Reuters)**


Luiz Marinho: "Caged vem vindo bem, julho vem bem e a indústria também"
FOTO: ADRIANO MACHADO / REUTERS



AGRONEGÓCIO

Cafés campeões do Estado chegam às gôndolas

CAFEICULTURA Principais lotes ganhadores do 20º Concurso de Qualidade organizado pela Emater-MG fazem parte da safra 2023 e foram comprados pelo supermercado Verdemar pelo sexto ano



Mamédio Martins dos Santos, que tem produção em Sabará, foi o Grande Campeão; a região é Matas de Minas FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / MICHELLE VALVERDE



Café produzido por Maria Abadia Borges Santos, em Ibiá, foi 1º na categoria Natural FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / MICHELLE VALVERDE

MICHELLE VALVERDE

A cada ano, os cafeicultores de Minas Gerais se dedicam mais à produção dos grãos especiais. A dedicação tem chamado a atenção do mercado, principalmente, em relação aos cafés campeões de qualidade. Exemplo disso é que os principais lotes ganhadores do 20º Concurso de Qualidade dos Cafés de Minas Gerais foram adquiridos pelo supermercado Verdemar e já estão disponíveis nas gôndolas. O supermercado chegou a pagar até cinco vezes o valor de mercado por alguns dos lotes.

O 20º Concurso de Qualidade dos Cafés de Minas foi promovido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG). No certame, foram eleitos os melhores cafés da safra 2023. A parceria com o Verdemar é considerada importante tanto pela divulgação dos cafés especiais, como pela valorização dos produtores e também por ser uma oportunidade para que os consumidores possam conhecer os grãos especiais.

O sócio-proprietário do supermercado Verdemar, Alexandre Poni, que pelo sexto ano adquiriu os cafés premiados pela Emater-MG, explica que o objetivo da parceria é promover a valorização dos grãos, divulgar os diferenciais de cada região e também facilitar o acesso da população aos cafés especiais. "O concurso da Emater-MG é altamente eclético, contando com a participação dos grandes produtores, mas sendo a maioria de pequenos cafeicultores. É uma seleção às cegas e, este ano, foram 1.600 amostras participantes. Nosso objetivo é incentivar, valorizar os produtores. Queremos divulgar e fazer com que os cafés especiais cheguem aos consumidores. É difícil, mas queremos que a população saiba o que é um café especial. Isso para mim é o mais importante e é o propósito do concurso. É importante mostrar o que virou a agricultura, o agronegócio e a potência deste produto no Estado".

Neste ano, cafés de 11 produtores premiados estão à venda nas 16 lojas do Verdemar. São três opções de uso: café torrado e moído para filtro, torrado e moído para expresso e torrado em grãos.

Valorização e desenvolvimento - O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, ressaltou que o Estado tem trabalhado para apoiar a produção de cafés especiais e que a produção tem papel relevante no desenvolvimento do Estado. "Nosso governo tem dado apoio ao setor produtivo do café. A produção dos cafés especiais tem crescido e conquistado preços muito acima do café *commodity* e precificado em bolsa. Isso é importante porque a maioria dos cafés *gourmet* e especiais são produzidos em pequenas propriedades. É o produtor que está junto, que dá um tratamento todo especial às lavouras e no procedimento de colheita. Produzindo, assim, cafés de altíssima qualidade".

Ainda segundo Zema, a valorização dos cafés é importante para o desenvolvimento das regiões. "O café de altíssima qualidade é muito importante para o desenvolvimento do Estado. O agricultor sendo mais bem remunerado investe na lavoura, contrata pessoas, melhora a produção mais ainda e nós entramos em um ciclo virtuoso".

Sabará é destaque - Minas se diferencia na produção do café com diversas regiões e produtores investindo, cada vez mais, na qualidade. Na 20ª edição do Concursos da Emater-MG, o Grande Campeão foi o produtor Mamédio Martins dos Santos, de Sabará, região das Matas de Minas.

A produção dele é no Sítio Santa Rosa e está a 1,4 mil metros de altitude, o que favorece a produção de cafés especiais. Na safra 2023, o volume somou 55 sacas de 60 quilos, deste total, 35 sacas são do café especial. Seis sacas do café campeão, que atingiu a nota de 91,7 pontos, foram vendidas para o supermercado Verdemar. O preço ficou em R$ 5 mil por saca.

"Para mim, é uma satisfação muito grande ter meu café vendido no Verdemar. Eu nunca esperava chegar onde estou hoje, no topo da tabela. Mexo com o café desde menino e nunca esperava ser o Grande Campeão de Minas Gerais. Este ano, vou tentar o bicampeonato. Nosso café valorizou, hoje, consigo vender uma saca pelo preço que antes vendia três ou quatro sacas. Também recebemos proposta para exportar para Holanda, Espanha, Estados Unidos e Canadá", aponta o produtor

Poni destaca o potencial da produção estadual: "É surpreendente ver que o Grande Campeão é um café de Sabará, que pertence às Matas de Minas e está do lado de Belo Horizonte. Acho que o concurso e a iniciativa do Verdemar só enobrecem os cafés especiais e ensinam aos nossos clientes a beber um café diferente, de qualidade".

Microlotes são muito valorizados

Ainda segundo o sócio-proprietário do Verdemar, com o projeto Cafés Campeões Verdemar, o supermercado paga valores que chegam a cinco vezes o de mercado dependendo do lote, o que é importante para a valorização dos produtores e para estimular a produção do produto especial.

"O impacto do nosso projeto é no produtor, que recebe mais pelos microlotes, que variam de 5 a 10 sacas. Neste ano, o valor de alguns chegou a ser cinco vezes maior que o preço de mercado. Os café campeões são diferentes, sem defeitos e, muitas vezes, colhido manualmente escolhendo somente o grão maduro para garantir a qualidade", explicou Poni.

Dentre os premiados no concurso da Emater-MG, está o café produzido pela cafeicultora Maria Abadia Borges Santos, na Fazenda Santa Mariano, em Ibiá. O grão conquistou o 1º lugar na categoria Natural da Região do Cerrado Mineiro. A produção é orgânica e se destaca por priorizar o uso de produtos biológicos sendo, então, importantes para a preservação da biodiversidade e proteção do meio ambiente.

"O projeto da Emater e do Verdemar faz com que a gente tenha fôlego para investir e melhorar cada vez mais. Nós trabalhamos para recuperar o solo, investimos e, com isso, obtemos bebidas melhores", comemora. **(MV)**

BDMG

Banco de fomento libera mais de R$ 1 bilhão para agro

O governo de Minas, por meio do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), anunciou ontem (26) R$ 1,4 bilhão em crédito para financiar o agronegócio do Estado na nova Safra 2024/2025. Este é o maior valor já desembolsado pelo banco para o setor.

O volume de recursos é 15% superior ao total liberado pelo banco na última safra (R$ 1,23 bilhão). Os créditos chegarão às cooperativas, produtores e empresas, incentivando o agronegócio no estado, que representa 22% do Produto Interno Bruto (PIB) mineiro, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP).

O governador Romeu Zema destacou o crescimento do agronegócio no estado e o papel importante do BDMG no desenvolvimento do setor. "Nosso banco tem dado todo o apoio necessário ao setor, o que não ocorria anteriormente. Em nossa gestão, passamos a financiar o produtor rural, trazendo facilidades e condições para que ele cresça, o que também resultou no crescimento do banco. Dessa forma, todos saem ganhando", frisou.

O evento contou ainda com a presença de produtores rurais, empresários, representantes de cooperativas e autoridades.

Por meio do Plano Safra, o BDMG vai disponibilizar R$ 228 milhões em financiamentos em nove linhas de crédito destinadas a empresas e cooperativas. "Quando o Estado impulsiona o setor privado, estamos diante da melhor forma de gerar emprego e melhorar a qualidade de vida da população. E é por manter esse foco que, nesse Governo, Minas caminha a passos largos na economia", apontou o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG), Fernando Passalio.

Para o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), Thales Fernandes, os resultados evidenciam que os instrumentos de política agrícola, como a extensão rural e assistência técnica da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais Emater-MG – empresa vinculada à Seapa –, pesquisa agropecuária liderada pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) e defesa agropecuária conduzida pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), além do crédito rural via BDMG, são prioridades. "Isso tem impulsionado o desenvolvimento do setor, que cresce a cada ano e gera emprego e renda para os mineiros", pontuou.

Linhas de crédito - O BDMG oferece linhas de crédito para armazenagem de grãos; incorporação de inovação tecnológica nas propriedades rurais; incentivo à agricultura sustentável, modernização da agricultura, entre outras iniciativas, e utiliza recursos do Plano Safra, Funcafé, LCA, além de capital próprio.

O presidente do banco, Gabriel Viégas Neto, lembra que o agro representa cerca de 40% de todos os financiamentos realizados pelo banco nos últimos 12 meses, o que reforça a contribuição da instituição para o fomento do setor. "O BDMG garante o suporte aos produtores mineiros. Cada crédito se converte em mais desenvolvimento regional, emprego e renda na ponta, o que repercute em todas as regiões do estado", afirmou.

Na última safra, 20% dos financiamentos contratados pelo Plano Safra foram para construção de armazéns. Em um deles, a Cooperativa dos Produtores Rurais do Prata (Cooprata), no Triângulo Mineiro, que reúne 1.850 associados na produção de laticínios, buscou o apoio do banco para a construção de quatro silos. Com o novo negócio, o faturamento da cooperativa vai aumentar em 20% no primeiro ano de operação.

"Os silos vão baratear o transporte dos produtores que irão pagar menos frete para descarregar a produção, além de diminuir o custo dos que precisavam se deslocar para cidades vizinhas para estocar milho, soja e sorgo", explicou o administrador financeiro da Cooprata, Valdenir Moura.

Café em alta - Para apoiar a produção de café, setor em que Minas é líder nacional, o BDMG oferece três tipos de crédito: Comercialização - que permite financiar cooperativas em valor equivalente à quantidade de produto armazenado para venda futura em melhores condições de mercado; o FAC - para a compra do café diretamente dos produtores rurais; e Capital de Giro. Ao todo, serão R$ 231,7 milhões na nova safra.

Desde o ano safra 2018/2019, o BDMG desembolsa 100% dos recursos do Funcafé destinados ao banco e, nos últimos 10 anos, já são R$ 2,2 bilhões liberados nesta linha. **(Agência Minas)**

Mineira Kapeh tem meta de expansão agressiva até 2025

FRANCHISING Marca, fundada em Três Pontas, no Sul do Estado, projeta sair das 22 unidades atuais e chegar a 100 lojas até o próximo ano

MICHELLE VALVERDE

A Kapeh Cosméticos e Cafés Especiais, fundada em Três Pontas, no Sul de Minas Gerais, está em plena expansão. A marca, que ingressou no sistema de *franchising* em 2023, projeta sair das 22 unidades atuais e chegar a 100 lojas em 2025. A empresa mantém os investimentos na diversificação do *mix* de produtos, hoje composto por mais de 200 itens entre cosméticos, linha de produtos para casa e cafés especiais. Por ano, entre 10% e 15% do faturamento são destinados à pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

Conforme a fundadora e CEO da Kapeh Cosméticos e Cafés Especiais, Vanessa Vilela, a empresa vem passando por uma expansão significativa e as expectativas são positivas. A empresa é pioneira no uso do café na cosmética e está no mercado há 17 anos.

"Iniciamos com uma linha composta por cinco produtos e hoje são mais de 200 itens que trabalham o café de uma forma nunca vista, de uma forma bem inovadora. Ao longo dos anos, ampliamos o nosso modelo de negócios de forma gradual com a venda multicanal e agora com a expansão forte nas nossas franquias".

Hoje, a Kapeh conta com 22 operações distribuídas em 10 estados. Em Minas Gerais, são quatro lojas localizadas em Belo Horizonte, Três Pontas, Varginha e Araguari. A expectativa é, em 2025, chegar a 100 unidades.

Modelos de franquia - Assim, a empresa trabalha com três opções de franquias. Uma delas é o modelo quiosque, que demanda aportes de R$ 182,9 mil, com um faturamento médio estimado de R$ 40 mil mensais e lucro em torno de 15% a 25%. Outra opção é o modelo loja compacta/rua, cujo valor necessário para abrir a unidade é de R$ 298,95 mil. Neste caso, o faturamento médio é estimado em R$ 50 mil por mês e prazo de retorno de 24 a 30 meses.

Já o modelo mais completo da Kapeh, Loja Premium/Shopping, requer um aporte inicial de R$ 359,9 mil. O faturamento médio mensal é de cerca de R$ 80 mil, o lucro mensal varia de 10% a 20% e o prazo de retorno vai de 24 a 36 meses.

"A nossa missão da Kapeh é divulgar o café no sentido de agregar valor a esse grão, com um propósito de levar os ricos benefícios desse grão para o Brasil e para o mundo afora. Acreditamos muito no nosso modelo de negócios, porque ele reúne uma cafeteria e uma loja de cosméticos. Há uma sinergia muito grande entre os dois segmentos".

Ainda conforme Vanessa Vilela, ao trabalhar com cafeteria e loja de cosméticos juntas, os negócios são favorecidos. Isso porque um dos desafios da cafeteria é ter um tíquete médio de consumo mais baixo, porém, isso atrai um maior fluxo de pessoas. Esse maior fluxo é importante para a loja de cosméticos, que tem itens de maior valor agregado e garantem maior rentabilidade ao negócio total.

"Unindo as operações, temos uma sinergia do fluxo da cafeteria com o tíquete médio mais alto dos cosméticos. Assim, a gente consegue gerar um maior equilíbrio, por isso, nosso modelo de negócio é tão atrativo".

Produtos variados - Além da expansão das unidades, há investimentos constantes na diversificação do *mix*. A empresa conta com uma linha diversificada de cafés especiais, de cosméticos - incluindo linhas feminina, masculina e infantil - e também de produtos para casa.

A linha mais recente é a voltada para casa. A coleção, chamada Ambiente, é composta por difusor, sabonete líquido, spray e vela perfumada, formulados a partir do extrato das flores do café e a outra com o grão verde.



A Kapeh mantém os investimentos na diversificação do mix de produtos, hoje composto por mais de 200 itens entre cosméticos, linha de produtos para casa e cafés especiais FOTO: DIVULGAÇÃO / KAPEH



A Kapeh vem passando por uma expansão significativa e as expectativas são positivas, afirmou Vanessa Vilela FOTO: DIVULGAÇÃO / KAPEH

> **"A nossa missão da Kapeh é divulgar o café no sentido de agregar valor a esse grão, com um propósito de levar os ricos benefícios desse grão para o Brasil e para o mundo afora"**
>
> Vanessa Vilela

Cresce a participação das mulheres no setor, indica novo estudo da ABF

O setor de franquias está cada vez mais diverso. De acordo com o mais recente estudo da Associação Brasileira de Franchising (ABF), as mulheres já são maioria nas redes franqueadoras, cuja participação passou de 46% para 57%, uma alta de 11 pontos percentuais na amostra, entre 2015 e 2024. O levantamento também indica alta da presença feminina nos cargos de liderança das empresas franqueadoras, de 19% para 29% no período analisado.

Em relação às operações franqueadas, o estudo aponta que as mulheres também passaram a ser maioria, elevando a fatia de 48% para 51% no período pesquisado. E na liderança dessas operações franqueadas, identificou-se que 3 em cada 10 (32,2%) são mulheres.

Entre as razões para esse crescimento está o maior alcance das mulheres a cursos de formação profissional, uma vez que a tecnologia tem democratizado o acesso a informações e recursos; o crescimento de redes de apoio e programas de mentoria voltados para mulheres; as alterações nas dinâmicas familiares (com uma maior participação dos pais em tarefas domésticas e cuidados com os filhos, permitindo às mulheres buscarem mais oportunidades para empreender e trabalhar); além das próprias empresas estarem mais engajadas na promoção da diversidade em seus quadros.

Outro dado que comprova esse movimento no mercado é o da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontou um recorde histórico de mulheres ocupadas: 43,380 milhões em 2023. São classificadas como ocupadas as pessoas que exerceram atividade profissional (formal ou informal, remunerada ou não) durante pelo menos uma hora completa na semana de referência da pesquisa.

Para a presidente do Conselho da ABF, Cristina Franco, primeira e única mulher a presidir a entidade por dois mandatos (2013 a 2016), a evolução da participação feminina no *franchising* é um sinal de progresso e inovação. "Sabemos que empresas mais diversas e inclusivas são mais eficientes e lucrativas e o *franchising* oferece um caminho mais estruturado e acessível para empreendedores de todos os perfis. Isso é muito benéfico, especialmente para as mulheres que buscam equilibrar responsabilidades familiares, empresariais e profissionais", ressalta.

Dados da mais recente Pesquisa de Microfranquias realizada pela ABF corroboram com o crescimento da participação das mulheres na liderança dessas redes. Segundo o estudo, a participação das mulheres como principais executivas nas marcas de microfranquias puras (com modelos de negócios exclusivamente no valor de investimento inicial de até R$ 135 mil) aumentou de 12% para 18% entre maio de 2022 e maio de 2024. Entre os segmentos com mais líderes mulheres estão Saúde, Beleza e Bem-estar (20% delas são a principal executiva ante 17% dos homens), Alimentação (16% ante 11%), Moda (7% ante 4%), Hotelaria e Turismo (5% ante 2%) e Entretenimento e Lazer (4% ante 2%).

Outro levantamento, este do Portal do Franchising - um dos mais acessados por quem busca uma franquia -, também traz dados que apontam a maior participação feminina no setor. De acordo com o Portal, de janeiro a julho deste ano, as mulheres foram a maioria em número de acessos, com 52,1%, enquanto os homens ficaram com 47,9%.

"Os dados mostram que as mulheres avançam de forma geral em todos os aspectos no setor de franquias, inclusive nos cargos de liderança, imprimindo seu estilo de gestão, superando desafios e possivelmente preconceitos. Um *franchising* mais diverso certamente fará com que o setor evolua ainda mais", afirma vice-presidente da ABF, Adriana Auriemo.

O estudo da ABF também identificou que, de 2015 para 2024, houve queda de 22% para 7% no total de mulheres que trabalham nas franqueadoras e têm algum vínculo familiar com os sócios. Esse resultado tende a demonstrar uma maior profissionalização do setor de franquias, que tem buscado cada vez mais executivas do mercado, focando mais suas escolhas na meritocracia, nas habilidades e nas experiências e menos nos relacionamentos familiares.

Empresas monitoram ações na diversidade de gênero em cargos de liderança

O estudo da Associação Brasileira de Franchising (ABF) revelou, ainda, que mais do que dobrou o porcentual de franquias que buscam ampliar o espaço para o público feminino na liderança. Enquanto em 2015 o percentual de redes que incluíam ações em prol do equilíbrio da diversidade de gênero em sua liderança somava 29%, em 2024 este índice saltou para 63%.

Além disso, metade das empresas franqueadoras (50,1%) afirmou monitorar ações na diversidade de gênero em cargos de liderança. Em 2015, eram apenas 7,2% delas. "É muito importante que as empresas monitorem cada vez mais a diversidade de gênero em seus negócios não só por uma questão de justiça e igualdade, mas também porque isso leva a melhor desempenho organizacional, com equipes que se complementam em suas potencialidades, inovando e resolvendo problemas de forma criativa", disse a diretora-executiva da ABF, Fabiana Estrela.

"As mulheres estão empreendendo cada vez mais e contribuindo para o desenvolvimento das franquias. É muito importante que as redes valorizem mais a participação feminina, seja como colaboradoras, seja como franqueadas. Vimos neste estudo que os avanços são consideráveis, mas ainda há bastante espaço para crescer a participação das mulheres no setor de franquias", conclui Adriana Auriemo, vice-presidente da ABF.

O estudo contou com 395 entrevistas realizadas entre 9 de abril a 14 de maio, que representam 45% do faturamento do setor e 32% das operações.

Sudoeste prevê Valor Geral de Vendas de R$ 105 mi em 2024

CONSTRUÇÃO CIVIL Empresa foi mudando o perfil de imóveis, antes com empreendimentos de padrão econômico, e passou a atuar nos nichos de luxo e alto luxo

RODRIGO MOINHOS

Quando entrou no mercado, há 33 anos, a Construtora Sudoeste atuava na região Leste de Belo Horizonte, com empreendimentos de padrão econômico, em bairros como Cidade Nova, Silveira e União. Aos poucos, foi mudando o seu perfil de imóveis e passou a atuar nos nichos de luxo e alto luxo, migrando para a região Centro-Sul da Capital, onde hoje concentra a maior parte de seus empreendimentos.

A mudança de estratégia trouxe resultado: hoje a Sudoeste vive uma fase de crescimento, com perspectivas "melhores possíveis", tanto para 2024 quanto para 2025, nas palavras do gerente-geral comercial da construtora, Milton Montenegro.

Segundo ele, a Sudoeste vem mantendo um Valor Geral de Vendas (VGV) anualizado em torno de R$ 100 milhões nos últimos anos e, para este ano, estima chegar a R$ 105 milhões. "Para este exercício esperamos um pouco mais e, até o momento, estamos cumprindo a meta. Recentemente temos tido um cenário bastante positivo na comercialização dos empreendimentos. Crescemos no primeiro semestre de 2024 uma média de 35% sobre o mesmo faturamento de janeiro a julho de 2023", comemora o executivo.

Para o ano que vem, o cenário é ainda melhor: "Estamos trabalhando a compra de alguns terrenos que vão nos dar perenidade para essa alta de, pelo menos, uns 20% a mais no ano que vem. Essa é a nossa expectativa. Alguns terrenos ainda estão em negociação e outros já fechamos acordo e, com base nessas negociações de terreno que estão na esteira, vamos projetar a velocidade das vendas".

De acordo com Montenegro, a carteira de clientes da Construtora Sudoeste tem aumentado na mesma proporção do faturamento e da receita da empresa.

"Como temos crescido bem, continuamos contratando pessoas que são profissionais de mercado de alta *performance*, pessoas que realmente são muito capacitadas em todas as áreas, não apenas em engenharia, arquitetura, vendas e desenvolvimento imobiliário. A empresa veio ganhado essa musculatura ao longo do tempo e os clientes aumentaram com a abrangência dos empreendimentos, nos quais as pessoas acabam vendo mais vezes o nosso tapume cor de vinho", comemora.

Atualmente a Sudoeste gera 208 empregos diretos e, no caso dos terceirizados e empreiteiros, em cada obra, são cerca de 100 pessoas atuando.

Mudança de prumo e diferenciais dos prédios - Em todo o período de atuação da empresa, foram entregues 35 empreendimentos em Belo Horizonte e existem outros seis em fase de obra ou lançamento.

"Foram surgindo oportunidades de terrenos e conseguimos realizar boas negociações. Então fomos direcionando todo o nosso portfólio, todo o nosso produto para a região Centro-Sul. Começamos a focar em um produto de luxo/alto luxo, bem diferente do produto para os segmentos econômico/médio que fazíamos anteriormente", compara Montenegro.

O destaque da Sudoeste atualmente é a linha Aldea, que é um conceito de produto que tem como diferencial os serviços agregados ao empreendimento.

"No conceito Aldea temos três empreendimentos que levam o mesmo nome conceito, um no Vale do Sereno, em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); o Aldea Bias Fortes e o Aldea Contorno. Desses três empreendimentos, dois estão em obras, e um foi lançado em junho, que está indo muito bem", diz o gerente.

Integração - Além do tijolo e concreto, o projeto oferecido aos proprietários dos empreendimentos Aldea inclui oferta de serviços, inovação e tecnologia. Exemplo disso é o novo aplicativo que está sendo desenvolvido, que fará toda a gestão dos condomínios de forma digitalizada.

"Estamos trabalhando com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) no desenvolvimento dessa tecnologia que terá, também, inteligência artificial e várias funcionalidades para facilitar a vida dos moradores. O aplicativo não será apenas para reservar salão de festa, sauna ou quadra, mas sim para possibilitar a retirada de uma segunda via de boleto, tratar qualquer assunto com o síndico ou qualquer tema relacionado ao condomínio. Acredito que a vida dentro do empreendimento vai girar em torno do aplicativo", projeta o gerente.

Segundo Montenegro, baseado no pilar de comunidade, um dos objetivos será, também, de incentivar e encorajar as pessoas a estreitarem a distância nos relacionamentos interpessoais. Ele adianta que todos os moradores, proprietários e investidores do conceito Aldea, "encontrarão uma comunidade onde serão promovidos eventos, poderão aproveitar convênios com restaurantes, salões de beleza e várias outras linhas de produtos e serviços que terão acesso via aplicativo, com o objetivo de integrar pessoas".

O gerente constata que, atualmente, é comum vermos pessoas que moram no mesmo prédio e não se conhecem - em alguns casos nem mesmo o vizinho do apartamento ao lado.

"A ideia desse conceito que colocamos neste pilar de comunidade é promover a integração das pessoas, a conexão, o *networking* dessas pessoas para o bem de todos. Pretendemos gerar essa integração também com a comunidade, reforçando as parcerias com o comércio local, tudo na mesma plataforma", salienta.



Em todo o período de atuação da Construtora Sudoeste, foram entregues 35 empreendimentos na Capital FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / CRISTINA MORENO DE CASTRO

> **"Atualmente, a Sudoeste gera 208 empregos diretos e, no caso dos terceirizados e empreiteiros, em cada obra, são cerca de 100 pessoas atuando"**
>
> Milton Montenegro

Construtora tem imóveis a partir de R$ 550 mil

O Aldea Vale do Sereno está com 90% das unidades comercializadas, mas ainda existem poucas unidades disponíveis que variam entre R$ 600 mil a R$ 950 mil, apartamentos respectivamente de um e dois quartos.

O Aldea Bias Fortes já conta com 82% dos imóveis vendidos, e apartamentos que variam entre R$ 550 mil e R$ 880 mil. E o Aldea Contorno está com preços que variam entre R$ 600 mil e R$ 980 mil.

Já o empreendimento Sollum, localizado no bairro Anchieta, é mais caro, por ser um imóvel composto por quatro quartos, em um terreno total de 2,6 mil metros. Os preços começam a partir de R$ 2,49 milhões.

"É um excelente empreendimento, que está 70% vendido, com metragem que varia entre 143 até 183 metros quadrados, duas suítes e duas semissuítes. E, nesse empreendimento, temos imóvel com 183 metros quadrados, um produto *premium* de verdade", destaca o gerente-geral comercial da construtora, Milton Montenegro. O Sollum tem entrega prevista para maio de 2026.

No bairro Santo Antônio, há o Perlage, que tem configurações de três e quatro quartos que variam entre 96 metros quadrados e 140 metros quadrados, também da linha de luxo. Neste empreendimento, os preços partem de R$ 1,55 milhão. **(RM)**

Mineira Alctel firma parceria com gigante chinesa Huawei



Essa união garante a implementação cada vez mais eficaz das soluções e do atendimento personalizado aos clientes, diz Sérgio Lima FOTO: DIVULGAÇÃO / ALCTEL

A Alctel, empresa mineira de telecomunicações, anunciou uma parceria estratégica com a gigante chinesa Huawei.

Fundada em 1987, a chinesa Huawei é uma fornecedora líder global de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que tem como missão levar o poder da conectividade para cada pessoa, lar e organização, rumo a um mundo totalmente conectado e inteligente. Com mais de 200 mil funcionários, a multinacional opera em mais de 170 países e regiões, atendendo a mais de três bilhões de pessoas em todo o mundo.

"É uma satisfação para a Alctel trabalhar com a Huawei, reconhecida mundialmente por suas soluções de ponta em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com um portfólio completo e inovador. A Alctel já conta com uma vasta experiência no mercado brasileiro e essa união garante a implementação cada vez mais eficaz das soluções e do atendimento personalizado aos clientes. Ao unirmos forças, oferecemos aos nossos clientes soluções ainda mais completas e eficientes", comenta o CEO da Alctel, Sérgio Lima.

O portfólio de produtos, soluções e serviços da Huawei, de ponta a ponta, é competitivo e seguro. Por meio da colaboração aberta com parceiros do ecossistema, criam valor duradouro para os clientes, trabalhando para capacitar pessoas, enriquecer a vida doméstica e inspirar inovações em organizações de todos os tipos e tamanhos.



Com 122 unidades em funcionamento, a projeção da Pratique é abrir, em média, três unidades por mês, em Minas, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo FOTO: DEONIZIO STRAMOSK

Pratique planeja chegar a 200 academias em 2025

BEM-ESTAR Com um aporte robusto, uma vez que a média de investimento por unidade é de R$ 3 milhões, a rede vem crescendo de forma exponencial e já soma cerca de 150 mil alunos

MICHELLE VALVERDE

A Pratique Academia, com sede em Belo Horizonte, planeja ampliar o número de unidades e somar 200 até o final de 2025. Com um aporte robusto, uma vez que a média de investimento por unidade é de R$ 3 milhões, a rede vem crescendo de forma exponencial e já soma cerca de 150 mil alunos.

Conforme o fundador e CEO da Pratique, Tadeu Madureira, a expansão da rede acontece em função dos diferenciais de atendimento na Pratique, que visa atender a demanda de forma humanizada e conforme a necessidade dos clientes, além de priorizar a saúde frente a estética.

"O atendimento da Pratique é um diferencial. Nossa metodologia, PowerGym, é exclusiva da rede e garante uma melhor experiência para os alunos. Investimos na forma de atendimento ao longo da jornada do nosso cliente na academia, nossas unidades são bem estruturadas e padronizadas. Tudo isso é fundamental para a permanência na academia".

Com 122 unidades em funcionamento, a projeção da Pratique é abrir, em média, três unidades por mês, priorizando os estados de Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo. Cada unidade demanda cerca de R$ 3 milhões em investimentos.

Conforme Madureira, até o final de 2024 haverá a inauguração de 14 unidades, que estão em obras. Com a expansão e o número crescente de alunos, o faturamento também é alavancado e deve encerrar o ano em torno de R$ 20 milhões.

Outro diferencial que favorece a expansão dos negócios é o uso de tecnologias, tornando a jornada mais precisa. Dentro da metodologia PowerGym, está a ferramenta Diagnose, criada para mapear os desejos e necessidades do cliente. Ao avaliar o propósito do cliente na academia, por meio da inteligência artificial (IA), é possível identificar o que o cliente quer mudar e o que impede a mudança. Após esse diagnóstico, a IA apresenta as soluções mais adequadas para atender os desejos e necessidades individuais na academia.

Além disso, a equipe de profissionais da Pratique está capacitada para oferecer treinos adaptados às necessidades individuais de cada aluno, levando em conta tanto os fatores físicos quanto os emocionais.

"Estamos comprometidos em transformar a experiência dos nossos alunos. Aqui, não trabalhamos apenas o corpo, mas sim o ser como um todo. Acreditamos que a saúde plena é o equilíbrio entre a mente, o corpo e as emoções", destaca Madureira.

O representante da Pratique destaca que o sucesso também é resultado da valorização dos profissionais. Além de custear faculdade para os estagiários, a Rede Pratique, que tem hoje mais de 2.500 colaboradores, conta com o programa "Eu Te Quero Bem", onde os familiares dos colaboradores têm a oportunidade de treinar em qualquer unidade da Pratique de maneira gratuita.



Acreditamos que a saúde plena é o equilíbrio entre a mente, o corpo e as emoções, afirma Tadeu Madureira FOTO: DEONIZIO STRAMOSK

Bluefit vai abrir unidade que funciona 24 horas

DIONE AS

A rede Bluefit, que conta com 163 academias pelo Brasil, está prestes a ganhar mais uma operação. Dessa vez, uma unidade 24 horas será inaugurada na Savassi, região Centro-Sul de Belo Horizonte. A marca vai ocupar espaço no Savassi Mall, empreendimento comercial administrado pela GSA Ativos.



A Bluefit é conhecida por oferecer uma experiência única de treino, com várias vantagens que a destacam no mercado FOTO: DIVULGAÇÃO / BLUEFIT

"A academia ocupará uma área de 1.555m² e trará todos os diferenciais que fazem da Bluefit uma referência em qualidade e inovação no setor *fitness*. As obras terão início em setembro, com previsão de abertura para novembro de 2024", adianta o diretor comercial da GSA Ativos, Aurélio Resende Neto.

Esta será a primeira operação da "academia azul", como é conhecida popularmente, em Belo Horizonte, e a terceira em Minas Gerais. A Bluefit tem unidades em Araxá, no Alto Paranaíba, e Uberlândia, no Triângulo Mineiro.

A Bluefit já tentou se instalar na capital mineira antes. As duas primeiras tentativas aconteceram com as instalações de uma franquia no Buritis, na região Oeste de Belo Horizonte, e de uma loja própria no Prado, também na região Oeste da cidade, em meados de 2017 e 2018, respectivamente. Contudo, as duas lojas foram encerradas depois de um tempo em operação.

Somente para a inauguração da unidade que funcionou no Prado, a rede havia desembolsado R$ 3,5 milhões em infraestrutura para receber 4.800 alunos. Já a unidade prevista para o Savassi Mall será a maior unidade da marca para a Capital.

Apesar da informação sobre o início das obras, ainda não há uma previsão de quando possa iniciar a pré-venda dos planos para futuros alunos. Contudo, em breve, o público vai poder aproveitar os diferenciais competitivos da Bluefit no mercado. São eles:

Funcionamento ininterrupto: a academia funciona 24 horas por dia e em todos os dias da semana;

Preços iniciais que podem variar de R$ 9,90 a R$ 129,90;

Equipamentos de última geração;

30 modalidades de aulas;

Ambientes modernos e funcionais, dentre eles, salas marciais, de dança e arena *fitness*.

"A Bluefit é conhecida por oferecer uma experiência única de treino, com várias vantagens que a destacam no mercado. A rede mantém suas academias abertas 24 horas por dia, sete dias por semana, proporcionando flexibilidade total para que os clientes possam treinar no horário que melhor se adequa às suas rotinas", enfatiza o diretor comercial da GSA Ativos, Aurélio Neto.

Savassi Mall - Toda a infraestrutura da nova academia vai compor o *mix* de lojas do Savassi Mall, que conta com 5.700m² de área bruta locável e operações como uma unidade da rede de supermercados Verdemar, o *coworking* WeWork e o estacionamento Parque Fácil.

O empreendimento possui ainda uma área de 400m² disponível para locação. Segundo Neto, este espaço pode ser subdividido conforme a demanda, oferecendo novas possibilidades de negócio para lojistas de diversos segmentos.

Allp Fit avança na expansão pelo Leste de Minas Gerais

Na manhã de sexta-feira, 23 de agosto, Anderson Franco, fundador e CEO da Allp Fit, realizou uma visita ao local das futuras instalações da academia Allp Fit na avenida Selim José de Sales, no bairro Canaã. O empreendedor avaliou que a unidade representará um importante passo na expansão da rede em Ipatinga - que já conta com unidades no Shopping do Vale e no bairro Cidade Nibre - e no Leste de Minas Gerais.

A nova unidade do Canaã, com 1.360 metros quadrados, terá capacidade para atender mais de 4 mil alunos e oferecerá 30 vagas de garagem, sendo fruto de um investimento de aproximadamente R$ 5 milhões. "Este momento representa mais um marco em nosso compromisso de trazer academias de alta qualidade para as comunidades de Minas Gerais", destaca Anderson Franco.

O plano de expansão da Allp Fit no Leste de Minas continua a todo vapor. No dia 24 de agosto, foi inaugurada a primeira unidade da rede em Caratinga, seguida por uma nova academia em Timóteo, com abertura prevista para o dia 21 de setembro. Esta unidade, localizada no coração da cidade, terá 1.300 metros quadrados de área e estacionamento para 30 carros.

Além dessas inaugurações iminentes, a Allp Fit já está com obras avançadas em Governador Valadares, onde a nova academia será inaugurada em fevereiro de 2025. Fabriciano irá contar com a segunda unidade. Em obras, a academia tem previsão de iniciar as operações no primeiro semestre de 2025.

Com um investimento que já ultrapassa R$ 30 milhões e mais de 200 empregos diretos e indiretos gerados, a Allp Fit, que projeta alcançar 400 unidades até 2027, tem se consolidado como uma das redes de academias mais dinâmicas e inovadoras do País. "Nosso objetivo é democratizar o acesso ao *fitness* de qualidade, oferecendo tecnologia de ponta e espaços diferenciados a preços acessíveis, transformando a vida das pessoas e contribuindo para a saúde e bem-estar das comunidades onde atuamos", finaliza.



CONJUNTURA

É mais barato comer em BH

ABBT Pesquisa revela que a capital mineira tem o menor valor para a refeição completa fora de casa do Sudeste

RICHARD NOVAES

Segundo pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT), Belo Horizonte possui o menor preço médio de refeição completa fora de casa entre as capitais da região Sudeste.

O levantamento, conduzido entre março e maio de 2024 e divulgado neste mês de agosto, revelou que o valor médio de uma refeição completa na capital mineira, composta por prato principal, bebida não alcoólica, sobremesa e café, alcançou R$ 37,63, representando aumento de 15% em comparação ao ano anterior.

De acordo com a ABBT, esse valor faz de Belo Horizonte a capital mais acessível do Sudeste para refeições fora de casa. Em outras capitais da região, como São Paulo e Rio de Janeiro, os preços são consideravelmente mais altos, atingindo R$ 59,67 e R$ 60,46, respectivamente. Em Vitória, o valor médio ficou em R$ 54,67.

Além das capitais, a pesquisa também destaca os preços em outras cidades de Minas Gerais. Uberlândia, no Triângulo, uma das principais cidades do Estado em termos de Produto Interno Bruto (PIB), registrou o maior preço médio da refeição completa, com R$ 49,82, o que representa um aumento de 9% em relação a 2023. Com isso, a média estadual ficou em R$ 39,90, crescimento de 11% em comparação ao ano passado.

Cenário nacional - No cenário nacional, o estudo da ABBT indica que o preço médio da refeição completa no Brasil ficou em R$ 51,61, uma alta de 10,8% em relação a 2023.

Florianópolis, com um valor médio de R$ 62,54, foi a capital com o maior custo, seguida por Rio de Janeiro (R$ 60,46) e São Paulo (R$ 59,67).

Por outro lado, além de Belo Horizonte, outras capitais, como Goiânia e Teresina, apresentaram preços mais acessíveis, com R$ 37,18 e R$ 36,46, respectivamente.

Conforme a ABBT, o custo da refeição fora de casa vem crescendo em todas as regiões do País, refletindo pressões inflacionárias e variações regionais nos custos operacionais dos estabelecimentos.

A região Sudeste registrou o maior valor, R$ 54,54, enquanto o Centro-Oeste e o Norte apresentaram os menores preços, R$ 45,21 e R$ 45,41, respectivamente.

Em relação às categorias de refeições, o "Comercial Completo" custa em média R$ 37,44, enquanto o "Autosserviço" é R$ 47,87. As opções "Executivo" e "a la carte" são mais caras, com preços de R$ 55,63 e R$ 96,44, nesta ordem. O "prato-feito", a opção mais econômica, custa R$ 31, um aumento de 4,7%.

O estudo destacou o impacto desses custos no salário médio do brasileiro, que é de R$ 3.123. Alimentar-se com um "prato feito" por 22 dias no mês consome 21,7% do salário, enquanto uma refeição completa pode consumir até 36,4%.



Valor do combo prato principal, bebida não alcoólica, sobremesa e café na Capital sai a R$ 37,63 FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

A pesquisa ainda ressalta a importância do Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), que promove uma alimentação mais saudável entre os trabalhadores. O levantamento revelou que trabalhadores que utilizam vale-refeição consomem 43% mais feijão, arroz e salada, e 33% mais carne em comparação com aqueles que não possuem o benefício, demonstrando a relevância do PAT na promoção da saúde e bem-estar dos trabalhadores, conforme a ABBT.

> **"A pesquisa também destaca os preços em outras cidades de Minas. Uberlândia, no Triângulo, apresentou o maior preço do Estado: R$ 49,82"**

QUEIMADAS

Estado já investiu R$ 10 milhões para combater incêndios

JULIANA BAETA

Nas últimas 48 horas, Minas Gerais já registrou 344 novos focos de incêndio, conforme os registros por satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Com o tempo seco, sem chuvas, baixa umidade do ar e muito vento, o fogo encontra o ambiente ideal para se propagar nas vegetações e atingir grandes proporções. Para controlar tudo isso, o Estado destinou, somente este ano, R$ 10 milhões para ações de enfrentamento e prevenção a ocorrências nas matas de Minas.

Segundo o governo estadual, este montante inclui a aquisição de equipamentos, veículos e aeronaves. Além do Corpo de Bombeiros atuando diretamente nas ocorrências, cerca de 800 brigadistas também apoiam o combate ao fogo.

"Entre as aquisições, estão 20 viaturas utilizadas nas operações de prevenção e combate a incêndios e um avião Air Tractor, visando maior agilidade para o combate de focos de queimadas. Além disso, também foram adquiridos novos kits de combate a incêndio — compostos por óculos, capacetes, mochilas de hidratação, balaclava, soprador, motosserra e motobomba", detalhou o governo mineiro, por meio de nota.



Segundo o governo do Estado, o montante inclui a aquisição de equipamentos, veículos e aeronaves FOTO: ÉRICA ALVES DE CASTRO

Além disso, este é o primeiro ano em que os bombeiros assumem o protagonismo na inteligência do combate aos incêndios. Coube à corporação coordenar a implementação de novas estratégias para prevenir e combater incêndios, como a instalação de reforços operacionais aéreos e terrestres nas Unidades de Conservação do Estado (UCs).

Minas tem 95 UCs, mas os esforços se dão nas áreas onde as queimadas são mais frequentes, conforme detectado em estudo da corporação sobre os registros dos últimos 10 anos. São elas: Parque Estadual Serra do Cabral, em Joaquim Felício; APA Cochá e Gibão, em Bonito de Minas; Apae Alto do Mucuri, em Teófilo Otoni; e Parque Estadual Serra do Rola Moça, situado entre os municípios de Belo Horizonte, Nova Lima, Ibirité e Brumadinho.

O porta-voz do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, tenente Henrique Barcelos, explica como este trabalho estratégico tem sido realizado.

"Este ano tivemos um desafio maior que foi assumir a coordenação do programa Força-Tarefa Previncêndio, em que ficamos à frente da prevenção e do combate aos incêndios também nas UCs. Então, o reforço e aporte de investimentos foram voltados para a proteção desse patrimônio ambiental. Isso envolve a contratação de brigadistas, renovação dos Air Tractors, que são essas aviações que conseguem jogar água por cima do fogo, e instalação de bases operacionais, que são estruturas logísticas montadas dentro das unidades de conservação consideradas estratégicas para que a gente consiga fazer o monitoramento in loco e ter um tempo-resposta menor nos pontos de incêndios", detalha.

Uma sala de coordenação também foi criada para monitorar todas as UCs por satélite e identificar a incidência de focos de incêndio rapidamente. O resultado disso é que 80% das queimadas nas unidades são extintas em 24 horas, segundo Barcelos.

Ainda segundo o governo de Minas, anualmente são realizados cursos de formação de brigadistas especializados em prevenção de incêndios florestais. "Neste ano, cerca de 800 profissionais estão em atuação nas ocorrências de combate a incêndios nas áreas verdes de Minas Gerais, sendo 500 brigadistas do Corpo de Bombeiros e outros 280 profissionais extras, contratados especificamente para o período crítico da seca, compreendido entre os meses de agosto a outubro", diz a nota.

Lotes vagos lideram ocorrências em MG

As ocorrências de incêndio, no entanto, não se concentram somente nas Unidades de Conservação. Por todo o Estado, há focos espalhados em diversas vegetações, tanto em áreas rurais como urbanas. Não por acaso, o "carro-chefe" dos incêndios em Minas são os lotes vagos. É o que explica o tenente Barcelos.

Das 17.595 ocorrências de incêndios em vegetação atendidas pelos bombeiros este ano, 40% ocorreram em lotes vagos.

O Corpo de Bombeiros estima que 90% dos incêndios são provocados por ação humana. "Boa parte deles é por imprudência e também há uma fatia de incendiários que agem por ação criminosa. Os incêndios em lotes vagos, por exemplo, ocorrem onde não são feitas manutenções, e isso acaba gerando muito material orgânico e vegetação seca. O proprietário não se preocupa com aquilo e chega este período do ano, de estiagem e baixa umidade, e o lote acaba vindo a se incendiar, propagando o fogo por vegetações próximas", explica o tenente Barcelos.

Nos últimos dias, dois grandes incêndios chamaram a atenção dos mineiros. O da Serra do Cipó, que demorou quatro dias para ser controlado e consumiu 8.500 hectares de vegetação, e o da Serra da Moeda, que também foi debelado após o trabalho de 134 agentes, em apoio aéreo e terrestre.

Ontem, o Corpo de Bombeiros informou que também combate incêndios no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, no Parque Estadual Itacolomi, na Área de Proteção Ambiental Estadual Alto do Mucuri e na Estação Ecológica Estadual Mata dos Ausentes.

Enquanto isso, outras queimadas estão com o status de "debeladas" na listagem da corporação, mas seguem sendo monitoradas. Isso acontece porque o fogo pode voltar a qualquer momento, mesmo nos locais onde já foi controlado.

Energia elétrica - As queimadas em Minas Gerais também prejudicam o fornecimento de energia elétrica. Segundo um levantamento da Cemig, somente em julho, 159.505 unidades consumidoras tiveram o serviço interrompido por causa de incêndios.

Este número é três vezes maior que o de clientes que tiveram o serviço interrompido em todo o primeiro semestre deste ano, quando as queimadas deixaram cerca de 45 mil pessoas sem energia. A região que teve mais casos de interrupção de energia foi a Zona da Mata, com 66 mil moradores sem luz somente em julho.

O serviço é interrompido, nessas situações, porque as chamas danificam os equipamentos como postes, cabos e torres. Além disso, os incêndios costumam ocorrer em áreas de vegetação, muitas vezes, de difícil acesso, dificultando o restabelecimento do serviço à população. (JB)



LEGISLAÇÃO

Minas Gerais isenta ICMS de cooperativas de recicláveis

TRIBUTOS Desoneração beneficiará diretamente em torno de 8 mil trabalhadores do setor do Estado

IRIS AGUIAR *

A isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis em Minas Gerais já está em vigor. A medida, publicada pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEF/MG), visa desonerar a venda de sucatas para a indústria, beneficiando diretamente cerca de 8 mil trabalhadores do setor no Estado.

O Decreto nº 48.879, de 9 de agosto de 2024, regulamenta a isenção para operações internas de venda de sucatas, aparas, resíduos ou fragmentos, realizadas por cooperativas e associações de catadores. Anteriormente, essas transações poderiam ser tributadas em até 18% ou sofrer diferimento, dificultando as operações para as cooperativas que vendem para atacadistas optantes pelo Simples Nacional.

A norma também isenta as entradas de sucatas nos estabelecimentos dessas organizações, desde que sejam promovidas por seus cooperados ou associados. No entanto, a isenção é válida apenas para transações dentro do Estado, mantendo-se a tributação de 7% a 12% para operações interestaduais, dependendo do destino.

A Associação dos Catadores de Papéis, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare), localizada em Belo Horizonte, é uma das principais instituições beneficiadas pela medida. A entidade, que lida com a coleta e comercialização de 503 toneladas de materiais recicláveis mensalmente, inclui 240 pessoas em situação de rua na capital mineira em suas atividades.

A fundadora da Asmare, Dona Geralda, destaca a importância da isenção para o setor: "A isenção vai melhorar as condições de vida dos catadores e facilitar nosso trabalho. Além disso, promove a inclusão social e beneficia o meio ambiente", ressalta.



O secretário de Estado de Fazenda, Claudio Gomes, reuniu-se com dirigentes da Associação dos Catadores de Papéis, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare) FOTO: DIVULGAÇÃO / SEF-MG

O diretor financeiro da Asmare, Getúlio Andrade da Silva, também vê a medida como um avanço. "A isenção do imposto na emissão de notas fiscais é um marco para todas as cooperativas. Isso nos dá visibilidade e permite que a reciclagem seja reconhecida e apoiada", avalia.

Viés social - A proposta foi aprovada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e também foi adotada por outros estados. O secretário de Estado de Fazenda, Luiz Claudio Gomes, destaca que, além do impacto ambiental, a medida tem um viés social significativo, formalizando uma etapa importante da cadeia de reciclagem em Minas Gerais.

Segundo o Atlas Brasileiro da Reciclagem, publicado pela Associação Nacional dos Catadores (Ancat), 90% das embalagens recicladas no País chegam à indústria por meio do trabalho dos catadores.

Em Minas Gerais, há 243 cooperativas e associações que atuam na coleta de materiais como plástico, metal, papel, papelão e vidro, com a participação de 7.731 cooperados. Essas organizações operam tanto em municípios do interior quanto na capital. **(*Estagiária com supervisão da edição, com informações da Agência Minas)**

EMPREENDEDORISMO

Número de MEIs cadastrados registra aumento no País

Brasília - O quantitativo de microempreendedores individuais (MEIs), em 2022, era de 14,6 milhões no Brasil. Em números absolutos, representa um crescimento de 1,5 milhão de microempreendedores cadastrados em relação a 2021, quando existiam 13,1 milhões. Os dados são do último relatório divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao levar em consideração o número de MEIs empregadores entre 2021 e 2022 esse aumento passou de 104,1 mil para 133,8 mil. De acordo com a lei, os MEIs podem ter apenas um empregado. Mais de 60% dos cadastros ativos em 2022 se filiaram nos últimos cinco anos, sendo que 2,6 milhões, cerca de um quinto de todos os MEIs, criaram vínculo durante o ano de 2022.

Cerca de metade dos MEIs (51,5%) se destacaram no setor de serviços em 2022. Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza responderam por 9,0% do total (1,3 milhão) e pela maior participação dos microempreendedores individuais nas ocupações da atividade, com 88,7%.

Em seguida, a pesquisa aponta o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, com 990,4 mil MEIs (6,8%), que representavam 52,7% das ocupações da atividades. Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas, aparecem com 876,0 mil (6,0%) e 34,3% das ocupações.

Regionalmente, a maior concentração está no eixo Sul-Sudeste. Enquanto São Paulo acumula o maior quantitativo de MEIs, com 4,0 milhões (27,4%), Rio de Janeiro acumula 1,6 milhão (11,3%), e Minas Gerais, 1,6 milhão (11,0%). No Sul, Paraná concentra 924,3 mil (6,3%) e o Rio Grande do Sul, 883,5 mil (6,1%).

CadÚnico - A pesquisa do IBGE trouxe dados sobre a presença do MEI no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) para identificação de famílias de baixa renda para acesso a programas sociais, por meio do cruzamento do CPF cadastrado nos bancos de dados. As famílias cadastradas, dependendo de suas condições, podem ter acesso a vários programas sociais, como o Programa Bolsa Família.

Do total de 14,6 milhões de MEIs em 2022, 4,1 milhões estavam presentes no CADÚnico, ou seja, 28,4%. Desses, 2,1 milhões faziam parte do Bolsa Família, portanto, 49,8% daqueles empreendedores no CADÚnico.

Apesar do estudo indicar um aumento dos cadastros, a proporção de MEIs no total de ocupados formais teve queda – de 19,1% em 2021 para 18,8% em 2022. Segundo o levantamento do IBGE, para os MEIs filiados em 2022 e com data de desligamento anterior à filiação, a grande maioria dos desligamentos foi motivada pelo empregador ou por justa causa, 60,7%. A motivação seguinte, com 24,8%, foi por rescisão sem justa causa por iniciativa do empregado ou exoneração de cargo efetivo a pedido do servidor.

Ao considerar o número de saídas, comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (8,9%) tem a maior taxa entre os três setores mais representativos. **(Brasil 61)**

DADOS PESSOAIS

Uso de informação exige cuidado especial

O tratamento de dados pessoais é um processo em aumento constante. As informações estão por todos os lados, trazem benefícios, facilitam a vida, mas também geram preocupações. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) assegura os direitos dos titulares, mas abre brecha para uso das informações sem consentimento dos titulares no caso de legítimo interesse pelos controladores.

O advogado Luiz Felipe Calábria Lopes, do escritório Lima Netto Carvalho Abreu Mayrink, diz que este mecanismo deve ser usado só em casos especiais, quando a obtenção de consentimento não for possível ou representar um ônus ainda maior. "O legítimo interesse é uma hipótese excepcional para tratamento de dados pessoais. Se o tratamento realizado pela empresa puder ser justificado com base em outras possibilidades legais (como o cumprimento de obrigação legal ou o de contrato com o titular), é recomendável que dê preferência a elas", afirma.

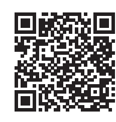
Segundo o profissional, em regra, o legítimo interesse é utilizado para substituir a obtenção de consentimento do titular nos casos em que isto não se mostra adequado para o bom funcionamento da empresa, normalmente, em razão do grande volume de permissões necessárias ou da dificuldade de contatar os titulares e manter registro de cada uma das autorizações. "Por isso, se o tratamento for pontual e reduzido a poucos titulares, prefira, se possível, obter o consentimento", orienta.

Ele explica que, caso a autorização prévia não seja possível, é recomendável fazer o teste de balanceamento para verificar se o interesse da empresa é legítimo, se a finalidade do tratamento é específica e explícita, se os dados são necessários para atender a finalidade e se a empresa aplicou medidas de segurança razoáveis para proteção dos dados e dos interesses dos titulares.

"Antes de iniciar o tratamento com base no legítimo interesse, é preciso, ainda, elaborar um relatório, no qual ficarão registradas as principais características do tratamento, a justificativa para uso do legítimo interesse e as medidas de segurança aplicadas pela empresa", informa Calábria. De acordo com ele, este relatório poderá ser exigido pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANDP) a qualquer momento e servirá como evidência de que a empresa examinou a situação e tomou as cautelas apropriadas.

Exceção - O advogado relata que o legítimo interesse pode ser aplicado pelas empresas como fundamento legal para o tratamento de informações pessoais em qualquer situação, com exceção de dados sensíveis. "São aqueles sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico", aponta o especialista.

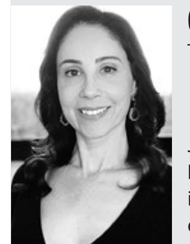
Calábria acrescenta que o legítimo interesse pode ser usado também para o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, mas somente se isso atender ao melhor interesse deles. "Ou seja, se outras hipóteses legais de tratamento de dados forem mais adequadas para proteger a criança ou o adolescente, a empresa deverá evitar o uso do legítimo interesse", destaca. Além disso, segundo ele, ao fazer o teste de balanceamento, a empresa deverá ter especial cuidado com as medidas de segurança para evitar ou reduzir riscos ou impactos desproporcionais ou excessivos para a criança ou o adolescente.



FINANÇAS

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

CRISTIANE LEITE



Jornalista. Planejadora financeira. Possui experiência em atendimentos individual e familiar. Pós-graduada em planejamento financeiro e em gestão estratégica da comunicação

Saque-Aniversário do FGTS: uma alternativa em xeque

Desde outubro do ano passado, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, promete enviar ao Congresso um projeto de lei que altera as regras do saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Criado em 2019, o saque-aniversário permite que o trabalhador retire anualmente uma parte do saldo de FGTS no mês de seu aniversário. No entanto, a continuidade dessa modalidade está seriamente ameaçada.

O governo estuda uma nova modalidade de crédito consignado como alternativa ao saque-aniversário. A motivação é a crescente preocupação com o impacto financeiro que essa opção tem sobre o FGTS, cujas regras geram controvérsias sobre a sustentabilidade do fundo.

Luiz Marinho se posiciona contra as atuais regras do saque-aniversário. Segundo ele, a extinção dessa modalidade é fundamental para proteger os trabalhadores. O principal ponto de crítica é que, ao optar pelo saque-aniversário, o trabalhador perde o direito de sacar o saldo total da conta do FGTS em caso de demissão sem justa causa, ficando restrito apenas à multa rescisória de 40%.

Para muitos, o saque-aniversário parece uma solução atraente a curto prazo, mas a longo prazo, pode trazer consequências negativas. A limitação de acesso ao saldo total do FGTS em caso de demissão é uma penalização severa, especialmente em um cenário econômico instável.

Além disso, o governo alerta para os riscos à sustentabilidade do FGTS. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, a popularidade crescente dessa modalidade pode consumir R$ 262 bilhões até 2030, valor que poderia financiar 1,3 milhão de moradias populares. Isso representa uma ameaça direta à capacidade do FGTS de cumprir sua função social de desenvolvimento habitacional.

A proposta de uma nova modalidade de crédito consignado como alternativa surge como uma tentativa do governo de equilibrar o acesso ao dinheiro do FGTS com a saúde financeira do fundo. No entanto, essa alternativa ainda levanta dúvidas sobre a possibilidade de endividamento dos trabalhadores.

O debate sobre o saque-aniversário do FGTS envolve uma complexa teia de interesses, desde a proteção dos direitos dos trabalhadores até a necessidade de garantir a sustentabilidade de um dos principais fundos de amparo social do País. Enquanto o Congresso não recebe o projeto de lei prometido, trabalhadores, sindicatos e especialistas aguardam o desenrolar dessa questão que afeta milhões de brasileiros.

O que está em jogo não é apenas o direito de acessar recursos do FGTS rapidamente, mas a segurança financeira dos trabalhadores e a capacidade do fundo de continuar cumprindo seu papel social. É um momento crucial para refletir sobre o que é realmente prioritário: o benefício imediato ou a proteção no longo prazo? %

Cotação do ouro dispara e supera US$ 2,5 mil a onça

% MERCADO Riscos geopolíticos, perspectiva de corte de juros no EUA e inflação levam ativo a bater recorde neste mês

JULIANA SODRÉ

A cotação do ouro, um ativo considerado seguro, segue em alta e bateu recorde neste mês, superando US$ 2,5 mil por onça. Os motivos, segundo especialistas, são os riscos geopolíticos globais, a possibilidade de corte nas taxas de juros dos Estados Unidos e as expectativas de inflação. A escalada nos preços deve beneficiar a economia mineira.

Os valores recordes da cotação, na opinião do professor do Ibmec Belo Horizonte Gustavo Guimarães Andrade, são extremamente positivos para os produtores do metal. "Minas Gerais tem empresas que operam com bastante pujança nessa área e essas empresas vão se beneficiar do aumento do preço", analisa o professor.

Ele explica que a receita será maior e o custo não sofrerá aumento nas mesmas proporções. "Isso torna a margem de lucro dessas empresas melhores e com isso elas podem ter uma causalidade de resultados ainda mais pujante. Isso é dinheiro para a própria economia mineira. Seja para o lado do governo pelos impostos que essas empresas pagam, seja pelo poder de compra causado por esses bons resultados, tanto para a empresa quanto para os empregados e por aí vai", ressalta.

De janeiro a julho deste ano, Minas Gerais foi responsável por 3,7% das exportações de ouro do País, de acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, somando US$ 914 milhões. O valor é 3,94% menor que o mesmo período do ano passado.

Instabilidade global - O sócio da Astra Capital, Guilherme Suzuki, explica que o cenário mundial é reflexo de uma série de acontecimentos dos últimos anos, sobretudo no que se refere à saúde da economia global. As expectativas inflacionárias e as incertezas fizeram e ainda fazem com que a busca pelo ouro aumente, já que é um investimento considerado mais seguro.

De acordo com ele, é um retorno ao que ele chama de 'velha economia'. "Com a saúde da economia global não muito animadora, investidores procuram outras alternativas para alocação de capital. A recente valorização expressiva do metal nos diz que alguma coisa na economia global entrará em colapso e por isso vemos o ativo renovando as máximas", opina.

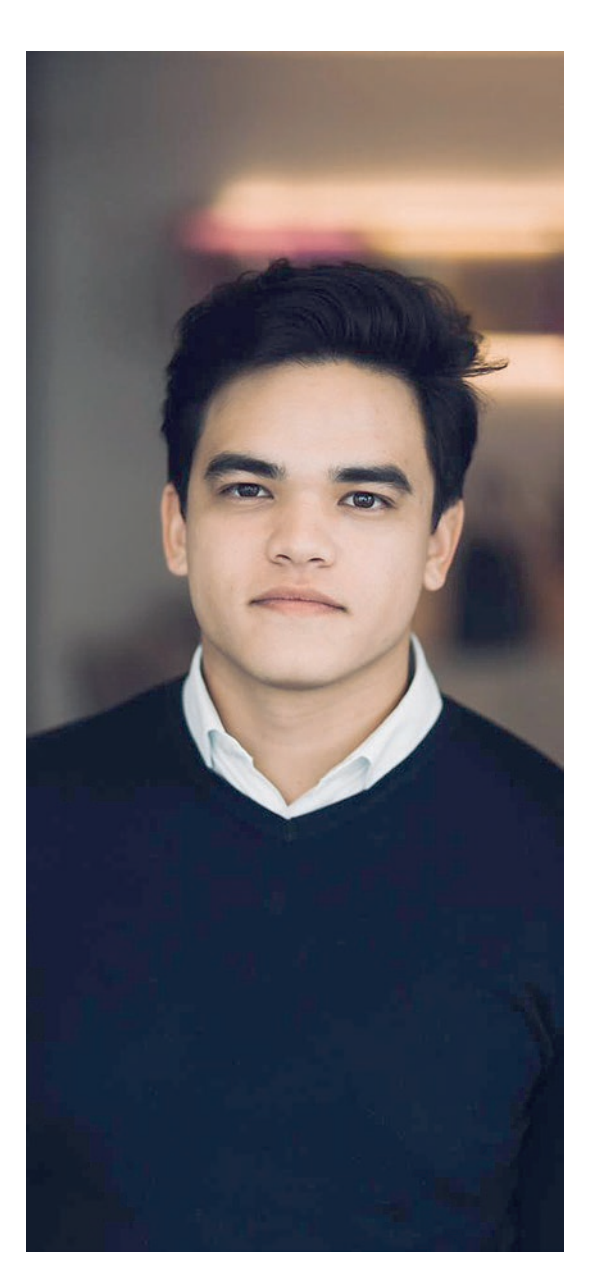
Ele não estima um valor a que o metal possa chegar, mas acredita que possa subir ainda mais. Tanto o ouro quanto outros metais, como a prata e o cobre, tendem a ser valorizados. Outro motivo que pode estar impulsionando a alta dos metais, na opinião de Suzuki, são os possíveis incentivos monetários e fiscais para alavancar a economia, o que pode trazer mais pressões inflacionárias.

Se levarmos em conta que uma barra pesa em média 400 onças (11,3 kg), a barra está chegando a US$ 1 milhão. Os preços variaram em mais de 30% em 12 meses. O especialista da Nippur Finance, Noberto Sangalli, pontua que, historicamente, o ouro antecipa o que acontece em outras *commodities*, e tende a seguir se valorizando. "Por se tratar de um ativo escasso, que tem muita utilidade no dia a dia e por estar sendo cada vez mais demandado pelos bancos centrais para reforçarem suas reservas, ele deve continuar a subir", afirma.

Além disso, Suzuki, da Astra Capital, destaca o problema fiscal dos Estados Unidos. "Não podemos ignorar o aumento crescente da dívida pública e a impressão desenfreada de dinheiro, que podem aumentar ainda mais o sentimento negativo dos investidores com a saúde da economia global", alerta.

Por último, ele acredita que o mundo vai perceber que não é possível imprimir metais e *commodities* como dinheiro. "Por esse motivo, acredito que entraremos em uma era de maior produtividade e isso traz um ambiente extremamente positivo para ativos com características de reserva de valor, e de alguma forma, deflacionários", avalia. %

> **"Por se tratar de um ativo escasso, que tem muita utilidade no dia a dia e por estar sendo mais demandado pelos bancos centrais para reforçarem suas reservas, ele deve continuar a subir"**
>
> Noberto Sangalli



Guilherme Suzuki atribui a escalada no valor do ouro à busca de um investimento considerado mais seguro FOTO: DIVULGAÇÃO / ASTRA CAPITAL

Alta reflete efeitos pós-pandemia

Professor de economia do Ibmec Belo Horizonte, Gustavo Andrade atrela a alta da cotação do ouro a um reflexo dos efeitos pós-pandemia. "Foi percebida a importância da diversificação das reservas internacionais de grande parte dos bancos centrais, além da sanção que a Rússia sofreu em relação à invasão da Ucrânia, em que o banco central russo deixou de ter convertibilidade em qualquer ativo de renda fixa principalmente das do Tesouro americano como poder de reserva, levando outros bancos centrais a aumentar a demanda de outros ativos. A Rússia sofreu a sanção e o país que eu acho que está mais perto de acontecer é a própria China. Ela tem vendido suas reservas e as diversificando", analisa.

Além desse ponto, o professor cita as possíveis quedas de juros dos EUA e o efeito de oferta e demanda que acabam ativando uma troca de alocação. "Com juros a 5% eu quero menos ouro, mas com juros indo a 3,5%, eu quero mais ouro", explica. **(JS)** %

% TRANSAÇÕES CORRENTES

Brasil registra déficit de US$ 5,162 bilhões

Brasília - O Brasil apresentou um déficit em transações correntes de US$ 5,162 bilhões em julho, com o resultado negativo acumulado em 12 meses totalizando o equivalente a 1,56% do Produto Interno Bruto (PIB), informou ontem o Banco Central (BC).

O saldo deficitário do mês foi maior que o esperado pelo mercado, com expectativa em pesquisa da Reuters com especialistas apontando para um saldo negativo de US$ 4 bilhões. Os investimentos diretos no País alcançaram US$ 7,258 bilhões em julho, acima dos US$ 6 bilhões projetados na pesquisa.

No mês passado, a conta de renda primária apresentou saldo negativo de US$ 7,829 bilhões, ante déficit de US$ 8,224 bilhões no mesmo período do ano anterior.

As despesas líquidas de lucros e dividendos, associadas aos investimentos diretos e em carteira, totalizaram US$ 3,507 bilhões, com redução de 21,4% ante julho de 2023. As despesas líquidas com juros somaram US$ 4,374 bilhões, 15,6% a mais do que no mesmo mês do ano passado.

Balança comercial - Já a balança comercial registrou superávit de US$ 7,070 bilhões, contra US$ 7,586 bilhões no mesmo mês de 2023. De acordo com o BC, as exportações de bens somaram US$ 31,161 bilhões, alta de 9,3% na comparação interanual, enquanto as importações de bens aumentaram 15,2%, totalizando US$ 24,092 bilhões.

O rombo na conta de serviços no mês passado ficou em US$ 4,751 bilhões, contra déficit de US$ 3,160 bilhões em julho do ano anterior.

A partir dos dados de junho o BC passou a não considerar mais as compras de ativos em criptomoedas como uma importação que afeta a balança comercial, reduzindo o déficit em conta corrente, revisão que segue o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Desde 2019, ativos em criptomoedas vinham sendo tratados como bens. A vertiginosa importação desses ativos pelos brasileiros vinha resultando num superávit comercial menor pelo critério do BC.

Agora os criptoativos serão acrescentados na linha de conta de capital do balanço de pagamentos, que registra transações envolvendo a compra e venda de ativos não financeiros e não produzidos e transferências de capital. **(Reuters)** %

Dinheiro esquecido em bancos poderá ficar fora da meta fiscal

CONTAS PÚBLICAS Sistema de Valores a Receber do Banco Central indica a existência de R$ 8,5 bilhões que não foram sacados de contas em instituições financeiras

Brasília - A incorporação de valores esquecidos em contas bancárias para reforçar o caixa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode não contar para o cálculo da meta fiscal, disse ontem o Banco Central (BC).

A medida foi incluída no projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento para empresas de 17 setores e municípios de até 156 mil habitantes. O Sistema de Valores a Receber (SVR), do BC, indica a existência de R$ 8,5 bilhões esquecidos.

"No caso dos recursos depositados em bancos, possivelmente são de pessoas privadas que, por alguma razão, não sacaram, faleceram, os herdeiros não sabem. Não há nenhuma relação dessa primeira operação (com o governo), por hipótese", disse ontem o chefe do departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, em entrevista coletiva.

"Eles nunca saíram das contas da União, e eles vão ser apropriados, não sei em qual prazo", afirmou. "Então, pode ser que esses recursos entrem nessa nenhuma definição que está no Manual de Estatísticas Fiscais de que eles não são frutos do esforço fiscal recorrente. Se for isso, deve ter o ajuste metodológico para que eles não impactem o resultado primário", acrescentou.

Neste caso, segundo o técnico, a incorporação dos valores contribuiria para a redução do endividamento do governo, mas não seria um "esforço fiscal" a ser contabilizado no cálculo para o cumprimento da meta, que é de déficit zero, com margem de tolerância de até R$ 28,8 bilhões negativos.



Fernando Rocha explicou que os recursos esquecidos nos bancos podem entrar no esforço fiscal recorrente do governo federal FOTO: JOSÉ CRUZ / AGÊNCIA BRASIL

Entendimento semelhante já foi adotado no ano passado, quando o Tesouro incorporou R$ 26 bilhões parados no Fundo PIS/Pasep. O governo reconheceu o valor como receita primária, mas o BC não, o que levou à maior discrepância estatística da história entre os dois resultados.

Já no caso do resgate de depósitos abandonados na Justiça, Rocha disse que o BC precisará fazer uma avaliação pormenorizada da natureza das contas cujos valores forem incorporados pelo governo.

> **"Os depósitos judiciais, pode ser que tenham ocorrido o débito na Conta Única (do Tesouro) em determinado momento, e agora vai acontecer o crédito"**
> Fernando Rocha

"Os depósitos judiciais, pode ser que tenha ocorrido o débito na Conta Única (do Tesouro) em determinado momento, e agora vai acontecer o crédito. Eles se anulam, se registram os impactos primários, tanto no superávit quanto no déficit. Pode ser que outras não tenham nenhuma relação com isso, sejam operações muito antigas e tal, e se precise fazer ajuste metodológico (sem impactar o resultado primário)", afirmou Rocha.

Em todos os casos, o técnico afirmou que o BC precisará observar como ficará a legislação aprovada no Congresso Nacional, pois as operações "podem dar entendimentos diferentes, dependendo dos detalhes".

Contas judiciais - Além do resgate do dinheiro esquecido nos bancos, o projeto determina o repasse de valores abandonados em contas judiciais, desde precatórios nunca sacados até recursos dados em garantias. Só a Justiça do Trabalho já identificou pelo menos R$ 3,9 bilhões aptos a serem repassados aos cofres da União, mas o potencial real da medida pode ser ainda maior.

O texto também agiliza a transferência de depósitos judiciais retidos de forma indevida pela Caixa Econômica Federal. Dos R$ 14,2 bilhões inicialmente mapeados, a instituição repassou R$ 6,8 bilhões ao Tesouro - ou seja, ainda restam R$ 7,4 bilhões. Esses recursos, porém, são de ações que envolvem órgãos da União e, por isso, impactam o resultado primário.

A inclusão das iniciativas no projeto da desoneração tem alimentado maior otimismo da equipe econômica para a reta final do ano, pois significa um reforço importante de recursos com os quais não se contava até então.

Entre economistas, a percepção é que o ingresso dessas verbas vai ajudar o governo, mas não significa melhora na trajetória fiscal, pois são receitas extraordinárias que não se repetirão no futuro. Além disso, há a controvérsia sobre sua contabilização na meta fiscal. **(Idiana Tomazelli/Folhapress)**

Indicadores Econômicos

Dólar

		26/08/2024	23/08/2024	22/08/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,4920	R$ 5,4790	R$ 5,5890
	VENDA	R$ 5,4920	R$ 5,4790	R$ 5,5890
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,4915	R$ 5,5257	R$ 5,5518
	VENDA	R$ 5,4921	R$ 5,5263	R$ 5,5524
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,5170	R$ 5,5190	R$ 5,6260
	VENDA	R$ 5,6970	R$ 5,6990	R$ 5,8060

Fonte: BC

Ouro

	26/08/2024	23/08/2024	22/08/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.518,30	US$ 2.512,18	US$ 2.484,53
BM&F-SP (g)	R$ 444,29	R$ 445,98	R$ 443,08

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50
Julho	0,91	10,50

Reservas Internacionais

23/08.............................. US$ 369.504 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Inflação

Índices	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	0,61%	1,71%	3,82%
IPC-Fipe	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	0,06%	1,93%	3,17%
IGP-DI (FGV)	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	0,83%	1,95%	4,16%
INPC-IBGE	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	0,26%	2,95%	4,06%
IPCA-IBGE	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	0,38%	2,87%	4,50%
IPCA-IPEAD	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	0,55%	5,64%	7,80%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24	0,08
UPC (R$)	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08	24,44
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67	6,91

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7856	0,8006
COLON/COSTA RICA	35	0,3502	0,3525
COLON/EL SALVADOR	40	0,01032	0,01056
COROA DINAMARQUESA	55	0,8217	0,8218
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04005	0,04014
COROA NORUEGUESA	65	0,5208	0,5211
COROA SUECA	70	0,5376	0,5378
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4949	1,4955
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,7183	3,7193
DOLAR/BAHAMAS	155	5,4915	5,4921
DOLAR CANADENSE	165	4,072	4,0727
DOLAR DA GUIANA	170	0,02609	0,02642
DOLAR CAYMAN	190	6,5766	6,6571
DOLAR CINGAPURA	195	4,2119	4,2127
DOLAR HONG KONG	205	0,7043	0,7044
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8045	0,8127
DOLAR DOS EUA	220	5,4915	5,4921
FORINT/HUNGRIA	345	0,01553	0,01554
FRANCO SUICO	425	6,4743	6,4788
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007205	0,0007212
IENE	470	0,038	0,03801
LIBRA/EGITO	535	0,1126	0,1128
LIBRA ESTERLINA	540	7,24	7,2413
LIBRA/LIBANO	560	0,0000613	0,0000614
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004223	0,0004225
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1723	0,1725
NOVO SOL/PERU	660	1,4607	1,4625
PESO ARGENTINO	665	0,06543	0,06548
PESO CHILE	715	0,006048	0,006053
PESO/COLOMBIA	720	0,001365	0,001366
PESO/CUBA	725	0,2288	0,2288
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09169	0,09254
PESO/FILIPINAS	735	0,09803	0,09807
PESO/MEXICO	741	0,2828	0,283
PESO/URUGUAIO	745	0,136	0,1361
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7077	0,7105
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002607	0,002623
RENMINBI HONG KONG	796	0,7709	0,7711
RIAL/CATAR	800	1,5056	1,5065
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4635	1,4637
RINGGIT/MALASIA	828	1,2624	1,264
RUBLO/RUSSIA	830	0,06007	0,06009
RUPIA/INDIA	860	0,06543	0,06548
WON COREIA SUL	930	0,00413	0,004134
EURO	978	6,1302	6,1314

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Abril/2024	Junho/2024	0,003338	0,005741
Maio/2024	Julho/2024	0,002832	0,005234

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

13/08	0,01365539	3,04789967
14/08	0,01365539	3,04789967
15/08	0,01365539	3,04789967
16/08	0,01365582	3,04799543
17/08	0,01365639	3,04812311
18/08	0,01365696	3,04825052
19/08	0,01365754	3,04838015
20/08	0,01365781	3,04843943
21/08	0,01365781	3,04843943
22/08	0,01365781	3,04843943
23/08	0,01365823	3,04853405
24/08	0,01365880	3,04866079
25/08	0,01365935	3,04878462
26/08	0,01365991	3,04891012
27/08	0,01366019	3,04897093

Fonte: Fenaseg

TBF

18/08 a 18/09	0,8107
19/08 a 19/09	0,8477
20/08 a 20/09	0,8466
21/08 a 21/09	0,8454
22/08 a 22/09	0,8091
23/08 a 23/09	0,7729

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Julho	1,0450
IGP-DI (FGV)	
Julho	1,0416
IGP-M (FGV)	
Julho	1,0382

TR/Poupança

18/07 a 18/08	0,0709	0,5713
19/07 a 19/08	0,0671	0,5674
20/07 a 20/08	0,0671	0,5674
21/07 a 21/08	0,0708	0,5712
22/07 a 22/08	0,0745	0,5749
23/07 a 23/08	0,0745	0,5749
24/07 a 24/08	0,0754	0,5758
25/07 a 25/08	0,0710	0,5714
26/07 a 26/08	0,0673	0,5676
27/07 a 27/08	0,0671	0,5674
28/07 a 28/08	0,0708	0,5712
01/08 a 01/09	0,0707	0,5711
02/08 a 02/09	0,0668	0,5671
03/08 a 03/09	0,0668	0,5671
04/08 a 04/09	0,0705	0,5709
05/08 a 05/09	0,0742	0,5746
06/08 a 06/09	0,0742	0,5746
07/08 a 07/09	0,0743	0,5747
08/08 a 08/09	0,0706	0,5710
09/08 a 09/09	0,0671	0,5674
10/08 a 10/09	0,0670	0,5673
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675

Agenda Federal

sage

Dia 30

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005) no período de 1º a 15.08.2024.
Darf Comum (2 vias)

Contribuição sindical (empregados) - Recolhimento das contribuições sindicais dos empregados descontadas em julho/2024, desde que prévia e expressamente autorizadas por eles (CLT, art. 545).
GRCSU

CSL - Apuração mensal - Pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro devida, no mês de julho/2024, pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do IRPJ por estimativa (art. 28 da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

CSL - Apuração trimestral - Pagamento da 2ª quota da Contribuição Social sobre o Lucro devida no 2º trimestre de 2024 pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral do IRPJ com base no lucro real, presumido ou arbitrado, acrescida de 1% de juros (art. 28 da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

Declaração de Operações Imobiliárias (DOI) - Entrega à Secretaria da Receita Federal do Brasil, pelos Cartórios de Notas, de Registro de Imóveis e de Registro de títulos e Documentos, da Declaração sobre Operações Imobiliárias (DOI), relativa às operações de aquisição ou alienação de imóveis realizadas durante o mês de julho/2024 por pessoas físicas ou jurídicas (Instrução Normativa RFB nº 2.186/2024, art. 5º).
Internet

Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie (DME) - Entrega da DME pelas pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no Brasil que, no mês de julho/2024, tenham recebido valores em espécie cuja soma seja igual ou superior a R$ 30.000,00, ou o equivalente em outra moeda, decorrentes de alienação ou cessão onerosa ou gratuita de bens e direitos, de prestação de serviços, de aluguel ou de outras operações que envolvam transferência de moeda em espécie, realizadas com uma mesma pessoa física ou jurídica (Instrução Normativa RFB nº 1.761/2017,
arts. 1º, 4º e 5º). Internet

Decred - Entrega da declaração à Receita Federal, pelas administradoras de cartões de crédito, com informações sobre operações efetuadas com cartão de crédito relativa ao 1º semestre de 2024 (Instrução Normativa SRF nº 341/2003, art. 4º).
Internet

e-Financeira - Prestação de informações referentes às operações financeiras de interesse da RFB, relativas a fatos ocorridos no 1º semestre de 2024 (Instrução Normativa RFB nº 1.571/2015, arts. 4º e 10, II).
Internet

IPI (DIF-Papel Imune) - Apresentação da Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune (DIF-Papel Imune) pelos fabricantes, distribuidores, importadores, empresas jornalísticas ou editoras gráficas que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, relativa ao 1º semestre/2024.
A DIF-Papel Imune deverá ser apresentada em meio digital, por meio de aplicativo disponibilizado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), assinada digitalmente com utilização de certificado digital válido.
Salvo disposição expressa em contrário, a exigência de assinatura digital não se aplica à pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional. (Instrução Normativa RFB nº 1.817/2018, arts. 15 e 16; Instrução Normativa RFB nº 1.064/2010)
Internet

IRPF - Carnê-leão - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre rendimentos recebidos de outras pessoas físicas ou de fontes do exterior no mês de julho/2024 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 0190.
Darf Comum (2 vias)

IRPF - Lucro na alienação de bens ou direitos - Pagamento, por pessoa física residente ou domiciliada no Brasil, do Imposto de Renda devido sobre ganhos de capital (lucros) percebidos no mês de julho/2024 provenientes de (art. 915 do RIR/2018):
a) alienação de bens ou direitos adquiridos em moeda nacional - Cód. Darf 4600;
b) alienação de bens ou direitos ou liquidação ou resgate de aplicações financeiras, adquiridos em moeda estrangeira - Cód. Darf 8523.
Darf Comum (2 vias)

VARIEDADES

Trilhas de filmes sob a batuta da Orquestra Sinfônica de MG

CLÁUDIA DUARTE, Editora

O que dizer de trilhas sonoras de filmes consagrados no cinema executadas pela excelência da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais (OSMG)? Afinal, as trilhas desempenham um papel fundamental no cinema e são capazes de intensificar emoções, criar atmosferas e dar vida às cenas de maneira única. Além de complementar a narrativa, elas também se tornam parte indissociável dos filmes. Para celebrar a união dessas duas formas artísticas, a Orquestra Sinfônica apresenta o concerto "Música de Cinema", que será hoje (27) e amanhã (28), no Grande Teatro Cemig Palácio das Artes. Ainda dá para se programar e os ingressos custam R$ 30 (inteira) e R$ 15 (meia)

A apresentação será às 20 horas e promete transportar o público para as cenas mais memoráveis da sétima arte, por meio de trilhas sonoras que marcaram gerações. Sob a batuta de André Brant, regente assistente da OSMG, os músicos vão interpretar um repertório cuidadosamente selecionado, que inclui obras de compositores icônicos como John Williams e Hans Zimmer. Os ingressos já estão à venda no site da *Eventim* e na bilheteria do Palácio das Artes.

Haverá a "Abertura Disney", a canção lírica de "A Bela e a Fera", tema de "Cinema Paradiso" e clássicos do universo dos super-heróis como "Batman" e "Super-Homem", dentre outros temas. Já para os fãs de séries de TV, o evento contará com as trilhas de "The Walking Dead" e "The Big Bang Theory", seguidas pela tocante "A Lista de Schindler", com uma interpretação do spalla Alexandre Kanji. A apresentação continua com uma viagem espacial ao som de "Interstellar", e entra no mundo mágico de Hogwarts, a escola da série Harry Potter, com os temas "Hedwig" e "Nimbus 2000". Já o encerramento do concerto, será com a saga "Star Wars", destacando os icônicos temas de Darth Vader e Yoda.



OSMG apresenta "Música de Cinema" para os amantes das duas artes FOTO: DIVULGAÇÃO / PAULO LACERDA

Tradição - O concerto "Música de Cinema" já se tornou uma tradição da OSMG, mas o maestro André Brant conta que essa edição será um pouco diferente. "Nós já fizemos um concerto inteiro em homenagem ao John Williams e, ano passado, fizemos um dedicado a Stanley Kubrick. Dessa vez, decidimos fazer um programa mais diversificado. Então, vamos ter algumas trilhas sonoras de desenhos da Disney, de séries famosas, trilhas de super-heróis e muito mais. O concerto vai atender ao gosto de um público diverso. Praticamente todas as trilhas são muito conhecidas. Então, com certeza, os espectadores vão gostar bastante", adianta.

No entanto, Brant ressalta que o programa diverso também trouxe alguns obstáculos. "Nós tivemos que procurar arranjadores no Brasil inteiro. Por exemplo, nós encomendamos ao Mateus Araújo o arranjo de "Interestelar", que é um filme muito famoso lançado nos últimos anos, cuja trilha sonora é tocada, hoje em dia, até em casamentos. Então, esse foi o grande desafio: para fazer um concerto mais interessante e variado, a gente teve que rodar o Brasil em busca desse material", explica.

Nova Lima - "Concertos da Liberdade – Música de Cinema" será apresentado também no nesta quinta-feira (29), às 19h, no Teatro Municipal Manoel Franzen de Lima. As entradas são gratuitas e os ingressos devem ser retirados na bilheteria do local a partir de uma hora antes do espetáculo. **(Com informações da FCS)**

> **"Concerto 'Música de Cinema' será apresentado hoje (27) e amanhã (28) no Grande Teatro Cemig Palácio das Artes, às 20h, a preços populares"**

Deborah Colker traz "Sagração" para Sesc Palladium

Nos dias 31 de agosto (sábado) e 1º de setembro (domingo), Belo Horizonte recebe o novo espetáculo da Companhia de Dança Deborah Colker: "Sagração". A montagem é uma livre adaptação de "A Sagração da Primavera", obra composta pelo russo Igor Stravinsky, que ganhou projeção mundial pela montagem estreada em Paris em 1913, com coreografia de Vaslav Nijinsky e produção de Sergei Diaghilev para os Ballets Russes. Os espetáculos são no Grande Teatro Sesc Palladium, às 21h (sábado) e às 19h (domingo). Ingressos pela plataforma *Sympla* ou na bilheteria do teatro.

Na versão da companhia de dança, concebida e dirigida por Deborah Colker, a música clássica de Stravinsky encontra ritmos brasileiros no espetáculo inspirado por visões ancestrais sobre a origem do mundo. "Sagração" fez estreia no Theatro Municipal do Rio de Janeiro para comemorar os 30 anos da Companhia de Dança Deborah Colker. Agora, a companhia dá início à temporada de apresentações de 2024 com a turnê de celebração do seu 30º aniversário.

O processo criativo de "Sagração" durou dois anos e meio. Boi bumbá, coco, afoxé e samba foram introduzidos à criação de Stravinsky. Aos acordes de instrumentos de orquestra, o diretor musical adicionou flauta de madeira, maracá, caxixi e tambores. Os paus de chuva também entram em cena no arranjo executado ao vivo pelos bailarinos.

"A versão mais recente da nossa espécie é o Homo sapiens que, assim como outros seres, precisa se adaptar constantemente", pontua Deborah Colker, destacando a presença das personagens que representam bactérias, herbívoros e quadrúpedes no espetáculo. "Nossa dramaturgia é feita da poesia presente em mitos e teorias que pensam a existência da vida em nosso planeta". A coreógrafa, em parceria com o diretor musical Alexandre Elias, introduziu à partitura instrumental de Stravinsky a sonoridade pujante das florestas e ritmos brasileiros.

Ao longo de seus 30 anos, a Companhia de Dança Deborah Colker já realizou mais de duas mil apresentações, em mais de 100 cidades, de 32 países, totalizando um público de cerca de 3,5 milhões de pessoas.

Na sexta-feira (30), às 15h, haverá também uma apresentação social, gratuita, exclusiva para alunos e professores das redes públicas de ensino e integrantes de projetos sócio-culturais da capital.


"Sagração" traz elementos brasileiros para releitura de obra FOTO: DIVULGAÇÃO / FLÁVIO COLKER

FDC vence prêmio Think Work Innovations

A Fundação Dom Cabral (FDC), escola de negócios que está entre as 10 melhores do mundo no ramo, venceu a categoria "Saúde e Qualidade de Vida" do Prêmio Think Work Innovations 2024. A premiação é para as melhores práticas e os projetos mais inovadores em gestão de pessoas do Brasil, em 12 categorias diferentes. O reconhecimento é referente ao projeto inédito no País "ComViver – Pesquisa de Equilíbrio Social", que mapeia e propõe ações para promover o bem-estar e erradicar a pobreza multidimensional dos colaboradores e de suas famílias. "É muito importante para o engajamento dos nossos colaboradores, para a nossa retenção de talentos", pontua a diretora de Pessoas, Claudia Guimarães.

"Café com Fé"

A Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE-MG) vai realizar nova edição do "Café com Fé" nesta sexta-feira (30), às 8h, na Igreja Nossa Senhora do Carmo (rua Grão Mogol, 502, bairro do Carmo, BH). É um momento de interação, troca de ideias e celebração eucarística. As vagas são limitadas e para participar é necessário confirmar a presença pelos telefones (31) 3281-0710 e (31) 98988-3079 ou pelo e-mail adceminas@adcemg.org.br. A ADCE-MG promove missas e cultos ecumênicos mensais, desde 2009, de maneira itinerante, nas sedes de empresas associadas e parceiras da entidade. A finalidade é oferecer aos empresários, funcionários e convidados um momento para um encontro fraterno e para reflexão espiritual.

"Sensa Celebra"

Logo após mais uma edição de enorme sucesso, o Sensacional! anuncia o Sensacional! Celebra, nos dias 31 de agosto (sábado) e 1° de setembro (domingo), no Parque Municipal, na capital mineira. Com um line-up que mescla atrações locais e grandes nomes nacionais, a segunda edição do evento tem como objetivo a promoção da cultura regional e valorização de artistas da cidade, preservando a diversidade musical. Entre as atrações, estão João Bosco, Mart'nália, Luedji Luna, FBC 20 anos de Hip Hop, Letrux, Adriana Araújo, entre outros. O "Sensa Celebra" tem ingressos a partir de R$ 40 por dia e já estão à venda. Mais informações pelo Instagram @ *festivalsensacional*. No sábado, às 13h, a abertura é com a cantora baiana Luedji Luna (*foto*).


FOTO: HENRIQUE FALCI

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067